



Anais da Assembléia

N.º 11

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 008 SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1984.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Odeni Mongruel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida Cesar, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvado Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo da Silva, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte (47) Quarenta e sete. Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fuad Nacli, Airton Cordeiro, Caio Quintana, Donato Gulin, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Leônidas Chaves e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem.

MENSAGEM N.º 83/84

Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa Augusta Assembléia legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para que o Vice-Governador do Estado

Doutor João Elísio Ferraz de Campos, se afaste do País, no período de 1.º de abril a 10 de maio do corrente ano, com destino à Alemanha, para representar oficialmente o Estado do Paraná, na Feira de Hannover'84, onde estarão presentes diversas empresas paranaenses ligadas aos setores promovidos pelo evento.

Gostaria de ressaltar, por oportuno, que tal afastamento não implicará em qualquer despesas para a Administração Pública.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Indicação

Senhor Presidente.

Passamos às suas mãos, com o presente, a relação dos integrantes do PMDB nas Comissões Permanentes desta Casa de Leis.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do PMDB

COMISSÕES PERMANENTE

Integrantes do PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares	Suplentes
Djalma de Almeida Cesar	Homero Oguido
Artagão Mattos Leão	Amélia Hruschka
Edmar Costa	Irondi Pugliesi
Caio Quintana	Tadeu França
Ervin Bonkoski	José Antônio Fonseca
Herma Brandão	Sérgio Spada
Tadeu Lúcio Machado	
Anibal Khury.	

COMISSÃO DE FINANÇAS

Ervin Bonkoski	Djalma de Almeida Cesar
Homero Oguido	Anibal Khury
Antônio Annibelli	Tadeu Lúcio Machado
Dirceu Manfrinato	Herma Brandão

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Artagão Mattos Leão	Irondi Pugliesi
Antônio Anibelli	Fiori Luiz
Anibal Khury	Homero Oguido

Tadeu França

Hermas Brandão

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Eduardo Baggio	Sabino Campos
Ferrari Júnior	Sérgio Spada
Hermas Brandão	Rubens Bueno
Ervin Bonkoski	Caíto Quintana

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Amélia Hruschka	Nelson Vasconcellos
Homero Oguido	Caíto Quintana
Tadeu Lúcio Machado	Tadeu França
Acir Mezzadri	Roberto Requião

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Anibal Khury	Djalma de Almeida César
Edmar Costa	Ervin Bonkoski
Artagão Mattos Leão	Sabino Campos
José Antônio Fonseca	Márcio Almeida

COMISSÃO DE TURISMO

Sérgio Spada	Orlando Pessutti
Edmar Costa	Ferrari Júnior
Ervin Bonkoski	Acir Mezzadri
Dirceu Manfrinato	Amélia Hruschka

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Edmar Costa	Ervin Bonkoski
Acir Mezzadri	Ferrari Júnior
Nelson Vasconcellos	Fiori Luiz
Sérgio Spada	José Antônio Fonseca

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Orlando Pessutti	Sabino Campos
Paulo Furiatti	Fiori Luiz
Adhail Sprenger Passos	Oswaldo A. Furtado
Márcio Almeida	Amélia Hruschka

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE

Homero Oguido	Mário Pereira
Ervin Bonkoski	Tadeu França
Irondi Pugliesi	Oswaldo Alencar Furtado
Sabino Campos	Artagão Mattos Leão

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Mário Pereira	Antônio Annibelli
Adhail Sprenger Passos	Ferrari Júnior
Acir Mezzadri	Ervin Bonkoski
Eduardo Baggio	Hermas Brandão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Adhail Sprenger Passos	Caíto Quintana
Rubens Bueno	Edmar Costa
Sérgio Spada	Márcio Almeida
Tadeu França	Djalma de Almeida César

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Caíto Quintana	Mário Pereira
José Antônio Fonseca	Paulo Furiatti
Orlando Pessutti	Dirceu Manfrinato
Eduardo Baggio	Nelson Vasconcellos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Fiori Luiz	Ferrari Júnior
Rubens Bueno	Sérgio Spada
Oswaldo Alencar Furtado	José A. Fonseca
Djalma de Almeida César	Eduardo Baggio

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Nelson Vasconcellos	Rubens Bueno
Márcio Almeida	Irondi Pugliesi
Amélia Hruschka	Dirceu Manfrinato
Orlando Pessutti	Artagão Mattos Leão

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Irondi Pugliesi	Roberto Requião
Adhail S. Passos	Nelson Vasconcellos
Oswaldo Alencar Furtado	Edmar Costa
Márcio Pereira	Mário Pereira

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Orlando Pessutti	Mário Pereira
Sabino Campos	Dirceu Manfrinato
Paulo Furiatti	Antônio Annibelli
Eduardo Baggio	

Requerimentos:**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência, para as Mensagens Governamentais n.ºs 1 e 2/84.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações pela passagem do 60.º aniversário de fundação do Clube Atlético Paranaense.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que seja inserida na Ata da Sessão dos Trabalhos de hoje, voto de contragulações ao jornal "Folha de Londrina" pelas recentes classificações obtidas no I Prêmio Paraná de Jornalismo, promovida pela Subchefia da Comunicação Social do Governo do Estado, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente, João Milanez e ao Excelentíssimo Senhor Diretor de Redação Walmor Macarini.

Através do seu conjunto de repórteres e redatores, a "Folha de Londrina" foi grande vencedora do 1.º Prêmio Paraná de de Jornalismo com os seguintes trabalhos:

CATEGORIA "FOTO JORNALISMO"

2.º Lugar: Karin Van Der Brooke

Comício Pró-Diretas

MENÇÃO HONROSA

José de Carvalho

"Natal"

José Pedro de Lima

"Exposição"

CATEGORIA "NOSSA GENTE"

- 1.º Lugar: Lilliana Eriqueta Lavorati
"Fugas dos Sem Terra"
- 2.º Lugar: Paulo Roberto Pegoraro
"Fronteira Livre"
MENÇÃO HONROSA
José Carlos C. Leite
"União da Vitória"
João Arruda
"Nakagawara"
Ademar Assunção
"A Política de Quartelão"

CATEGORIA "NOSSA PESQUISA"

- 1.º Lugar: João Arruda
"Repressão"
- 2.º Lugar: Regina Toledo
"Controle Biológico da Lagarta da soja"
MENÇÃO HONROSA
Sandra Zambudio
"O Retorno Econômico da Pesquisa da Soja"

CATEGORIA "NOSSA PRODUÇÃO"

- 1.º Lugar: Equipe "Folha Rural"
"Agricultura (in) Dependente"
- 2.º Lugar: Widson Schwartz
"Estado de fome na Agricultura"
- 3.º Lugar: Sandra Zambudio
"Fazenda Itaúna também não resistiu"
MENÇÃO HONROSA
Regina Toledo
"Monocultura X Diversificação"
Osvaldo Petrin
"Apesar da crise, o Leite ainda pode dar Lucro"

Uma equipe que está entre as melhores de todo o País". Esta frase resume não apenas o pensamento geral dos mais importantes e conceituados profissionais que julgaram aquele Concurso, mas também a opinião dos que leem a FOLHA DE LONDRINA.

Para alguns, pode ser encarado tais classificações como certa surpresa, mas na verdade este precioso jornal tem realizado aquilo que se pode chamar de jornalismo autêntico aberto e principalmente identificado com os legítimos interesses e realizações do povo brasileiro, notadamente os paranaenses. Em suas páginas sempre estiveram contidas a realidade imensa deste

Estado bem como as suas peculiaridades, o convívio do homem, nos mais diferentes rincões, relacionando-o com o contexto geral.

A FOLHA DE LONDRINA, sempre fez um respeitável jornalismo de reconhecido nível, onde suas origens, suas perspectivas futuras, marcadas por uma postura independente de qualquer ingerência e sempre em defesa dos nossos valores, sociais, culturais, históricos, políticos, econômicos, principalmente.

Esta condição, deveu-se sempre à inquestionável atuação de seus profissionais, não apenas dos ora premiados, que no dia a dia tem sido o registro de todos os acontecimentos não apenas nos seus mais de trinta anos de existência, e sim, indo resgatar a história e seus personagens, vivenciados nas mais diferentes etapas e épocas.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de regozijo pelo transcurso do 17.º aniversário de instalação do Município de Grandes Rios, ocorrido em 14.03.67, tendo em vista a riqueza da produção agrícola de suas terras e sua contribuição para o crescimento do Paraná.

Requer ainda que, do presente pronunciamento, se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Edson Silva Lino.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso no próximo dia 27 do corrente, do 94.º aniversário de fundação da Cidade de União da Vitória.

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que União da Vitória vem se destacando com o trabalho da sua laboriosa gente, na reconstrução do município grandemente assolado pelas últimas enchentes que se abateram sobre o sul do País.

A efeméride comandada pelo dinâmico Prefeito Alcides Fernandes Luiz, eleito pela legenda do PMDB e pela Câmara Municipal, receberá, naquela data, a visita de sua Excelência o Senhor Governador do Estado, José Richa, que inaugurará inúmeras obras em prol daquela população, bem como deste seu representante nesta Casa e do Senhor Deputado Federal João Olívir Gabardo.

Desde a sua fundação, há 94 anos que União da Vitória vem demonstrando, através de seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social, a pujança do paranaense no cenário nacional, razão pela qual esta Casa, como legítima representante do povo paranaense, não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que aquele município, pela sua tradição e pelo trabalho de seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronuncia-

mento desta Casa se dê ciência aos Poderes Executivos e Legislativos de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, voto de apoio à chapa "Diretas" que concorre à reeleição frente à Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Municipais de Londrina Ltda - (COOPERNOSSA).

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Testemunha do trabalho desenvolvido pela atual diretoria, através do Senhor Antônio Leite de Oliveira, que, em oito meses de trabalho, conseguiu imprimir um ritmo à COOPERNOSSA que melhorou administrativamente quanto ao atendimento aos cooperados.

Dentre as conquistas desta diretoria poderíamos enumerar várias, mas as mais importantes foram: aumento do estoque de mercadorias, com mais opção ao cooperado;

Convênios com livrarias para aquisição de material escolar; reabilitação da credibilidade da Cooperativa junto aos fornecedores; pagamentos de dívidas em atraso; apoio junto ao Prefeito Wilson Moreira e seu Secretariado; e, a elevação da venda que era de CR\$ 6.500.000,00 mensais, no início, para os atuais CR\$ 45.000.000,00 resultando um aumento de 692%.

Diante disto, e pela administração pessoal de pessoa que no meu conceito é séria e responsável, presto meu apoio irrestrito à chapa "DIRETAS" certos de que o trabalho a ser desenvolvido irá de encontro aos anseios dos cooperados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado ao Senhor Doutor Max Rosemann, DD. Superintendente do IPE, através da Secretaria da Administração, para que sejam tomadas as providências cabíveis quanto à instalação de um Posto de Saúde do IPE, no município de Astorga-Pr, isto que o mesmo ainda viria cobrir as necessidades de atendimentos das cidades vizinhas.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Senhor Doutor Theobaldo Vitório Machado, DD. Diretor

Presidente da COHAPAR através da Secretaria do Interior, solicitando a construção de cem casas populares, sendo: cinquenta casas para o Distrito de Içara e mais cinquenta casas para o Distrito de Tupinambá, no Município de Astorga-Pr.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado ao Senhor Doutor Fabiano Saporiti Campelo, DD. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, um especial estudo da possibilidade quanto à isenção das despesas com os abastecimentos de Água dos Sindicatos dos Trabalhadores do Município de Astorga-Pr.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam desenvolvidos trabalhos visando a restauração e conservação da estrada velha ligando o Município de Campo Mourão ao Distrito de Palmital, pertencente ao Município de Boa Esperança.

São diversas as reclamações dos moradores situados nas proximidades daquela estrada ou que dela utilizam, especialmente os proprietários rurais que tem encontrado sérias dificuldades para transitar por aquela via, ante ao seu precário estado, principalmente num momento como agora, em que são intensas as atividades agrícolas, com a colheita de vários cultivadores, assim como o preparo da camada arável do solo para novos plantios de vegetais.

Em razão da justificativa ora discorrida, espera-se que ações sejam colocadas em prática, a fim de se restabelecer o tráfego normal por aquela estrada.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado ofício à Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária da Educação do Estado, solicitando as providências cabíveis quanto à uma possível implantação no Município de Astorga, das extensões dos cursos de: Direito, Zootecnia, Ciências Contábeis, Economia e Processamento de Dados, da Universidade Estadual de Maringá-Pr.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR- Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja efetuada a construção de novas salas de aula para o Colégio Helena Kolody, localizado na Municipalidade de Terra Boa.

De iniciativa do Senhor José Quintino da Silva, Digníssimo Diretor daquele estabelecimento educacional, afirma que vem enfrentando algumas dificuldades em decorrência da não existência de salas de aula suficientes para abrigar o número de alunos regularmente matriculados no início do ano, principalmente, no atual momento em que esta Secretaria de Estado da Educação, desenvolve uma política que permite oferecer oportunidades de estudos a todos, notadamente, às crianças a nível de 1.º grau, em todo o Estado do Paraná.

Torna-se necessário que medidas sejam tomadas, capazes de oferecer uma nova estrutura àquele colégio, o que, por certo, possibilitará a elevação do nível das condições de ensino.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Lineu Schwartz, solicitando estudos urgentes com o objetivo de que o DER assuma o ônus de conservação do trecho Estrada DC 103, com 15 km, que liga a sede do Município de Agudos do Sul até o limite geográfico com o Estado de Santa Catarina, que anteriormente era realizado por aquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

O trecho da DC 103, com 15 km, na verdade vem sendo utilizada como Rodovia Estadual, pois, além de servir para o escoamento da produção agrícola do município, os veículos de carga e de passageiros que procedem de outras cidades paranaenses, que se dirigem ao Estado de Santa Catarina por ela também transitam.

A estrada anteriormente era conservada pelo DER. Portanto, achamos conveniente que o ônus com as despesas de sua conservação, volte novamente a ser da responsabilidade do Estado, pois, o Município de

Agudos do Sul não conta com recursos suficientes para sua manutenção.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Requer seja oficiado à Presidência da Associação dos Municípios do Paraná, bem como à Secção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando-lhes que interponham AÇÃO JUDICIAL CONTRA O GOVERNO FEDERAL, abrindo-se subscrição de procurações a todos os Prefeitos do Estado do Paraná, e, posteriormente, aos de todo o País, mesmo porque apesar dos protestos generalizados de todos os quadrantes do Brasil, o Poder Central prossegue sonhando trezentos bilhões de cruzeiros da quota de repasse do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado às Presidências paranaenses da Associação dos Municípios e Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando-lhes que façam desencadear-se Ação Judicial contra a União, configurada que está, segundo o próprio Tribunal de Contas da União, a absurda e inconstitucional retenção de dois terços do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, manipulação esta que haverá de inviabilizar o municipalismo brasileiro, que já vinha se debatendo em grave crise para sobreviver.

Os trezentos bilhões de cruzeiros que ora estão sendo retidos indevidamente pelo Governo Central, apesar da inaceitável evasiva do Ministro interino da Fazenda, Mílson da Nóbrega, segundo a qual "a suspensão de recursos não deverá ultrapassar a casa de noventa dias", caracterizam arbitrária gestão do Governo Federal, pois não lhe cabe o direito de reter unilateralmente, nos cofres do Banco do Brasil, dinheiro que não lhe pertence. Efetivamente, não podem as prefeituras Municipais arcar com os desmandos da política econômica do Governo Federal, hoje em aberto processo de autofagia nacional, pois que, depois de haver exposto à sanha dos monopólios estrangeiros e senhoriais oligárquicos as nossas reservas fundiárias e econômicas vitais para a nacionalidade, não hesita em iniciar o ciclo da ruína fatal das unidades municipalistas brasileiras, sonhando-lhes recursos que haverão de condená-las a sacrifícios insuportáveis.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, sugerindo doação de um veículo tipo ambulância para o Centro Social Urbano de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Icaraíma, conta com grande população rural carente de assistência médica, e essa população, sem recursos até de locomoção, dependem do atendimento do Posto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Doutor Theobaldo Vitorio Machado, DD. Diretor Presidente da COHAPAR, através da Secretaria do Interior, solicitando a construção de cem casas populares para o Distrito de Santa Zélia, no Município de Astorga-Pr; dado à instalação de uma destilataria de álcool e o grande número de famílias que vieram fixar residência naquele distrito.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, DD. Secretário de Segurança do Estado, solicitando que sejam tomadas as devidas providências quanto à instalação de um Posto Rodoviário na Rodovia PR-218, compreendendo o trecho entre os Municípios de Astorga e Arapongas-Pr, devido aos problemas de socorros, pois estes têm que ser prestados por Apucarana, o que vem sendo um tanto tardio pela distância.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Doutor Ary Velozo Queiroz, DD. Diretor Presidente da COPEL, através da Secretaria das Finanças, um especial estudo de possibilidades na isenção dos pagamentos das despesas com energia elétrica dos Sindicatos dos Trabalhadores do Município de Astorga-Pr.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, DD. Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando o envio de uma viatura de Polícia, para a Delegacia de Polícia de Astorga-Pr, visto que ali existente, encontra-se sem condições de uso para os trabalhos exigidos.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Doutor Luiz Cordoni Júnior, DD. Secretário dos Negócios da Saúde e do Bem-Estar Social, para que se digne a tomar as medidas que se fizerem necessárias, quanto à reativação dos Postos de Saúde nos Distritos de: Içara, Santa Zélia e Tupinambá, os quais também encontram-se sem médicos.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR- Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Educação, no sentido de que sejam destinados diversos materiais para a Escola Cenecista Felipe Camarão, localizada no Distrito de Lirial de São Luiz, pertencente à Municipalidade de Araruna.

É lamentável a situação que se encontra aquele estabelecimento educacional no que tange ao setor esportivo, segundo correspondência do Digníssimo Diretor, o Senhor Antônio Laércio Svaigen, necessitando urgentemente de no mínimo os seguintes materiais:

a) bolas esportivas para diversas modalidades;

b) uma rede para a modalidade de vôlei

c) Equipamento para atletismo.

Espera-se que esta Pasta, juntamente com a FUNDEPAR, possibilitem, mediante as suas condições, o apoio ao que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de mandar liberar uma verba especial para a construção de uma Mini-Ginásio Esportivo, na cidade de Roncador - PR.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos, através dos meios de comunicação de que existe um interesse da Secretaria especializada, em divulgar e incentivar o esporte em nosso Estado.

Assim a juventude de Roncador, carente de uma forma de lazer sadia e eficaz, pretende incorporar neste programa, porém, não encontra espaço físico para desenvolver suas potencialidades.

É sabido também, que o Município de Roncador, não possui meios próprios para arcar com a construção de um Mini-Ginásio Esportivo.

Assim, nós Deputados do interior, conhecedores dos problemas envoltos da nossa juventude e seguidores da filosofia do ex-Ministro da Educação Jarbas Passarinho, de que "mais vale um atleta em campo, do que mil expectadores nas arquibancadas", e que fazemos tal pedido, na certeza de que a sensibilidade do Senhor Secretário, haverá de ser pronta no atendimento da nossa justa reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria da Educação, professora Gilda Poli da Rocha Loures; e Secretário de Estado da Administração, Dr. José Olímpio de Paula Xavier, solicitando a construção em alvenaria do prédio da Escola Estadual João Plath - ensino de primeiro grau, localizada em Mauá, Município de Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

As condições materiais de ensino na Escola João Plath estão bastante debilita-

das a partir de seu próprio prédio. O atual prédio, construído em madeira, encontra-se bastante danificado, não oferecendo as mínimas condições necessárias a um ambiente educacional.

Sendo reivindicação antiga da comunidade de Mauá, acreditamos em seu atendimento, em virtude da premência dessa necessidade. Isso virá de encontro aos anseios de toda a população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Felipe Hagge Mussi, DD. Secretário da Segurança, solicitando melhorias e instalação de telefones nas Delegacias de Fênix e Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

As Delegacias em tela, tanto de Fênix, como Quinta do Sol estão totalmente sem equipamentos capaz de promover a segurança de ambas as comunidades, acrescidas do problema de falta de recursos humanos. Daí a assertiva da presente solicitação para que se conceda os melhoramentos necessários às mesmas, inclusive instalando em ambas telefones.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário dos Transportes, solicitando melhorias na sinalização da Rodovia 369, entre Campo Mourão e Ubatuba, Cascavel.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia 369 que liga Campo Mourão a Cascavel, passando por Ubatuba tem um tráfego intenso, pois por ali se escoam a produção de uma região das mais importantes não só do nosso Estado, mas também de todo o País. Carece, no entanto, a referida Rodovia de ser sinalizada imediatamente dado que a mesma está em condições precárias, trazendo riscos consideráveis aos que pela mesma transitam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminha de solicitação oficial à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado

da Educação, no sentido de que sejam realizadas em caráter emergencial, reformas gerais, bem como a implantação de novas melhorias para o Colégio Estadual Dom Bosco, localizado na municipalidade de Campo Mourão.

Em reunião realizada recentemente no Colégio Dom Bosco, em que era prestado esclarecimentos sobre as atividades parlamentares por mim desenvolvidas em 1983, também existiu por parte dos presentes, uma avaliação desse trabalho, assim como do próprio momento político que vivenciamos.

Também na ocasião, os estudantes, professores e pais apresentaram críticas às condições estruturais da Escola, existindo problemas antigos não solucionados em decorrência da falta de atenção dos Governos anteriores. São inúmeros os problemas, abaixo relacionados os pedidos:

- a) construção de uma cancha de esportes;
- b) envio de carteiras novas;
- c) construção de salas de aulas;
- d) melhoria e revisão no sistema de iluminação;
- e) reforma total dos sanitários.

Esta conjuntura, já foi relatada à essa Secretaria de Estado da Educação, conforme requerimento aprovado em Sessão Plenária do dia 04 de outubro do ano passado. Hoje os problemas já não são os mesmos, e sim provavelmente maiores, pois já é sabido que para grande parte dos problemas não existem nem sequer medidas paliativas. Como por exemplo, a falta de uma quadra de esportes, que ante a sua inexistência, faz com que o estudantado tenha que usar outras canchas, significando não apenas grandes transtornos, mas o próprio risco dos mesmos em razão da locomoção. Outro fato relatado se refere aos sanitários que apresentam em suas instalações, vários entupimentos, exalando terrível mau cheiro no pátio, cantina e algumas salas próximas, contrariando normas da saúde pública. Nas salas de aulas, o problema se refere na falta de um maior número de carteiras; a recuperação das existentes, reformas no forro e telhado e lâmpadas e também, o precário estado de algumas lousas.

Em razão da exposição de tais motivos, aguardam os professores, funcionários, direção escolar, estudantes e pais destes, o encaminhamento de medidas capazes de eliminarem os graves problemas, recuperando aquele estabelecimento educacional, situado no maior bairro de Campo Mourão, o Lar Paraná.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados ao final assinados, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA e SÉRGIO SPADA, no desem-

penho de seus mandatos populares e na forma regimental, REQUEREM de Vossa Excelência que após aprovação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, pedindo a instalação de nova microrregião político-administrativa no extremo oeste do Estado, abrangendo os Municípios de Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Vera Cruz D'Oeste, Missal, São Miguel do Iguazu, Santa Terezinha de Itapu e Foz do Iguazu.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

1 - A participação comunitária na administração pública é o principal item da doutrina política do PMDB, posta em prática pelo Governo do Estado juntamente com todos os prefeitos do Partido, com sucesso. Logo, a **descentralização administrativa** é o resultado natural da prática de governo dessa doutrina, vez que a comunidade só pode vir de encontro aos interesses públicos se os órgãos de administração se estenderem até ela, visto que são eles que ordenam a vontade de governo e disciplinam a cooperação participativa buscada. Então, a redistribuição político-administrativa do Estado deve revestir-se do caráter doutrinário da política governamental, que condena tanto o excesso de centralismo, quanto o paternalismo regionalista ou meramente eleitoreiro, porque são os superiores interesses do povo do Paraná que visamos promover e amparar, em cujos parâmetros programáticos, não cabem mais os privilegiamentos. E por isso, a instalação de nova microrregião político-administrativa no extremo oeste, melhor distribuindo a área da Microrregião de Cascavel, é um ato de governo que ressalta da sua própria prática doutrinária, revestindo-se de necessidade plena, conforme se demonstra:

a) O Extremo-Oeste, por se constituir em fronteiras com a Argentina e o Paraguai, adquiriu características peculiares tanto no seu universo econômico, quanto no social, até mesmo porque sofre a discriminação territorial da faixa de fronteira, onde a dona da terra é a União e não o Estado, de cuja incidência surgem situações jurídicas particulares no complexo agrário da região, estando Cascavel, fora dessa faixa de fronteira.

É o caso, por exemplo, da cidade de Foz do Iguazu que tem linhas urbanas de transporte coletivo internacional, ligando Puerto Strossner, e criando assim, uma situação alfandegária "sui generis", assim como esse belo relacionamento das duas cidades postadas em países diferentes, criou uma vida social comum, dentro da qual surgiu o chamado "comércio formiga" feito pe-

las populações carentes da cidade paraguaia, que promove um considerável corredor de exportação de hortigranjeiros, frutas e cereais produzidos pelo núcleo de municípios fronteiriços, e que a Receita Federal não consegue enquadrá-lo convenientemente nos preceitos fiscais alfandegários, visto serem populações que precisam de tolerância, nesse sentido, para sobreviver, ao mesmo tempo em que canalizam divisas para os pequenos produtores agrícolas da Região;

b) Mas, Foz do Iguaçu é também, o extremo inicial do corredor de exportações de Paranaguá, ao mesmo tempo em que é o único porto de exportações do Estado, para a América do Sul, principalmente, para a Argentina, Paraguai e Bolívia. E, é tão intenso o relacionamento internacional no bloco de municípios objetos do presente requerimento, que o Governo Federal já esteve por diversas vezes, propenso a transformar essa área, em "Zona Franca", o que viria contribuir sobremaneira para o extermínio ou a diminuição do contrabando, cujo volume o Governo do Estado já conheceu em seu primeiro ano de mandato, na campanha de repressão ao contrabando de soja que deixava um rombo irreparável ao erário do Estado. E isso, ocorre justamente pela falta da presença maior do Governo na região, que é feita pela microrregião político-administrativa, através da efetiva representatividade operada pelos núcleos regionais que ela instala, aproveitando as lideranças comunitárias locais que conhecem e vivem todas as particularidades da área;

c) Foz do Iguaçu tem uma área territorial de 880 km², ocupada por uma população de 150.000 habitantes, distando 658 km de Curitiba, e 160 km de Cascavel. Logo vem o recém-instalado Município de Santa Tereziinha de Itaipu, pegando parte da área de 1.221 km² de São Miguel do Iguaçu, centrando em distâncias rodoviárias, o núcleo de Municípios, na cidade de Medianeira que fica 58 km distante de Vera Cruz D'Oeste, 60 km distante de Foz do Iguaçu, e 37 km distante de Missal que seriam os extremos da nova microrregião objetivada; o que não representa, evidentemente, a indicação antecipada da sede da nova microrregião, porque essa designação está afeta à competência do Governo do Estado, segundo os critérios que lhe nortearão a distribuição administrativa nesse sentido;

d) os crescentes custos que as constantes elevações dos preços do petróleo e derivados acarretam para o sistema de locomoções adotado pelo País, na base do automóvel, ou, ônibus, é também fator preponderante na política participativa de Governo, porque esses custos de locomoções atingem diretamente o poder aquisitivo das

pessoas, sobre o qual, parece que a "política econômica" implantada no País, quer alicerçar toda a estrutura de desenvolvimento da Nação. De modo que, quanto mais perto do cidadão for colocada a repartição pública com a qual ele tem de se relacionar, mais amparo ele sentirá da parte do Governo, e menos duro será o seu sacrifício, porque economiza divisas e tem mais tempo para as suas atividades. Pois, é corriqueiro o cidadão sair do interior de Missal ou Vera Cruz do Oeste, para fazer mais de 100 km de viagem, até Cascavel, e ali ter de pernoitar ou repetir mais de uma viagem, pelos entraves burocráticos próprios das repartições ali instaladas, que assim procedem, não por má qualidade dos serviços oferecidos, ou despreparo dos efetivos operacionais, mas sim, porque o volume operacional que desembolsa sobre elas, excede qualquer tipo de ampliação que se quisesse. Porque a única solução, é a divisão da área em duas microrregiões. Pois, à época em que a microrregião foi instalada em Cascavel, para atender todo esse volume territorial, certamente a região não tinha os índices de desenvolvimento que apresenta hoje. E por conseguinte, a divisão dessa área, apenas acompanha o seu respectivo crescimento vegetativo, premiando assim, o arrojo dessas populações, de cuja premiação, o beneficiário maior resultará sendo o próprio Estado do Paraná, e conseqüentemente, o povo paranaense como unidade progressista.

2 - Estes enfoques antecipam as considerações estatísticas que aqui deixam de serem indexadas, por saber-se que o Excelentíssimo Senhor Governador as tem mapeadas convenientemente, tal é o interesse que ele tem demonstrado por essa região, consubstanciado em apreciável volume de recursos a ela destinados e de realizações ali já compreendidas.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo Único - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor GILBERTO DE ABREU PIRES.

Sala das Sessões, em 26/03/84.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A personalidade de Gilberto de Abreu Pires, de tradicional família paranaense não necessita de qualquer encômio para que este Poder conceda-lhe a benemerência que por intermédio do presente plano de lei estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O trabalho desenvolvido em prol de

nosso Estado é por demais conhecido o que faz, com que tal honraria a ser outorgada a Gilberto de Abreu Pires, seja das mais justas e merecidas.

Em anexo, estamos encaminhando o "curriculum vitae", que por si só completa a proposta apresentada.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A Legião Brasileira de Assistência - LBA está procurando empresas - industriais ou comerciais - que se propõem a adotar a creche e a casa da sopa, mantida pela Associação dos Moradores do Bairro do Pilarzinho", em nossa Capital. Assim foi publicado, nos últimos dias, nos jornais de Curitiba, um apelo do Dr. Edson Roberto Correia, superintendente da LBA no Paraná, para assegurar a continuidade do trabalho realizado numa simples e rústica casa de madeira, situada próximo ao Clube do Golfinho, Pilarzinho, que abriga setenta criança em regime de semi-internato e noventa outras, bem como suas mães, para a sopa de almoço.

O esforço, até agora, tem sido unicamente da associação do bairro, presidida por Ernesto Hansen de Castilho, com ajuda parcial da LBA e da Prefeitura Municipal. Como dissemos, parcial, pois Castilho, apesar de seus poucos recursos pessoais, com muita luta reúne Cr\$ 400.000,00 por mês, tirando até o que não poderia do seu próprio bolso para manter o atendimento às crianças e pessoas carentes que moram na redondeza.

Mesmo assim, aquele "bom samaritano" não está desiludido. Vendo crianças abandonadas, perambulando pelas ruas, buscou em seu idealismo uma fórmula para reuni-las e educá-las para a vida. Surgiu, então, em contato com o superintendente da LBA, um plano para implantação do "Projeto Elo", abrindo-se uma pequena oficina de marcenaria, onde meninos de oito a dezessete anos aprenderiam algum ofício útil, além de ganhar alguns trocados pelo que produzissem. Uma opção bastante válida, pra quem seguramente aprenderia nas ruas a famigerada profissão de "trombadinha", marginalizando-se da sociedade.

Mas, não há dinheiro para comprar o equipamento necessário, nem foi ainda acertado o galpão de madeira, que existe ao lado da creche, o lugar "ideal", segundo o próprio Castilho.

Apesar das dificuldades e da crise, temos de louvar o idealismo deste homem.

Quinta-feira passada, quando o Dr. Edson fez sua visita à creche do Pilarzinho, em nossa companhia e do Vereador Santiago Losso, tivemos de reconhecer que ali havia o verdadeiro amor fraternal, até muito mais que vemos em muitas comunidades religiosas; mais que muitas entidades filantrópicas, que pretendem, pelo pouco que realizam, ser reconhecidas pela comunidade, e que por isso percorrem os corredores desta Casa, procurando alguém que proponha ser a entidade declarada de utilidade pública; mais que em tantas promoções de cunho político. Um amor capaz de atender os verdadeiros necessitados, mesmo que não possua recursos para tal.

O mais interessante neste homem, é que ele não pediu nada. Foi da LBA e de nós, que partiu a idéia de apelar para que os empresários adotem aquelas obras. Temos a certeza que alguém ouvirá o apelo.

Queremos deixar registrado nesta Casa de Leis a nossa emoção de, num tempo tão difícil, ter encontrado alguém, como Ernesto Hansen de Castilho, que à primeira vista é um simples e pequeno cidadão, mas na verdade, é um gigante e herói, que consegue com seu esforço, à custa de não sabermos que sacrifício é, sustentar mais de cento e cinquenta crianças carentes de seu bairro.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na realidade, as notícias têm sido as mais controvertidas e em função da própria confirmação, de que, a suspensão dos recursos a título de Fundo de Participação dos Estados e Municípios, não só, se alonga, como também, os municípios já sofreram parcialmente as conseqüências desta suspensão. Estamos solicitando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a cooperação da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná - e ao próprio Presidente da Associação dos Municípios do Paraná - Prefeito Nivaldo Krüeger - para que em ação conjunta, não hesitem em desencadear e em fazer "quorum" juntamente com todo o País a uma ação judicial contra o Governo Federal, abrindo-se, subscrição de procurações a todos os Prefeitos não só do Paraná, como também, de todo o País. Mesmo porque, apesar dos protestos generalizados de todos os quadrantes do Brasil, o Poder Central prossegue sonhando trezentos bilhões de cruzeiros da cota de repasse dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios.

Num momento como este, quando o próprio Secretário interino da Fazenda - Nailson da Nóbrega - informando evasiva-

mente, deixou a entender que, por aproximadamente, noventa dias, seriam suspensos em aproximadamente dois terços os recursos que são dos municípios, que são dos Estados. Nós temos que enfatizar o absoluto senso de apropriação indébita, porque o Governo Federal insiste em manter nos cofres do Banco do Brasil, trezentos bilhões de cruzeiros, sem os quais, os municípios paranaenses e do País inteiro, fatalmente estarão condenados à ruína.

Porque, num estágio inflacionário e num caos anárquico financeiramente, não há como suportar a um corte lesivo, tão elevado e que manifesta, ostensivamente, a despreocupação do Governo Central com relação às unidades municipalistas brasileiras.

É por esta razão que enfatizamos: não podem ser aceitas as evasivas de que dentro de dez dias, trinta, sessenta ou noventa, os recursos serão repassados. Porque entendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados que esta estratégia faz com que o Governo Federal, hoje em aberto processo de autófagia, depois de haver exposto à sanha dos monopólios estrangeiros e senhores oligárquicos, as nossas reservas fundiárias e econômicas vitais para a nacionalidade, não tenta em iniciar o ciclo da ruína fatal das unidades municipalistas brasileiras, sonhando-lhes recursos que haverão de condená-los a sacrifícios absolutamente insuportáveis.

É por esta razão, que mais do que justo se faz, desencadear-se a ação judicial contra a prepotência do Governo Federal.

Não poderíamos ainda deixar de registrar, mais um aniversário no final da semana passada, da morte de Dom Oscar Romero, um líder religioso, que foi capaz, através da sua vida, de testemunhar a necessidade de um universo onde uma pequena minoria se desenvolve plenamente contra o estrangulamento das nossas maiorias, mais e mais perpetuamente humilhadas.

O registro, portanto, do aniversário deste mártir, não só de El Salvador, mas de um símbolo das causas das maiorias mais oprimidas no mundo inteiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Esta Presidência registra com satisfação a presença em plenário do digníssimo Secretário das Finanças, Doutor Erasmo Garanhão.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Os sacrifícios impostos pela inflação a todos, indistintamente, devem ser dis-

tribuídos de forma mais equânime, não sendo justo que alguns setores da sociedade sejam discriminados de uma maior atenção, enquanto outros dispõem de facilidades que os diferenciam e que os fazem suportar melhor essa difícil situação.

De um lado, a alta taxa de inflação, o desemprego crescente, as taxas de serviços públicos crescendo além do INPC, os tributos diretos dos vários níveis governamentais penalizando o contribuinte; de outro, os salários submetidos ao rigor do Decreto-Lei nº 2065, estabelecem um quadro aflitivo ao assalariado que se vê impotente diante de uma crise sem precedentes na história do País.

Se não bastassem essas diferenças, outras como a diversidade de regimes de trabalho, em que o tratamento é desigual, discrimina, de forma injusta, por exemplo, colegas de trabalho ou repartição na Administração Direta do serviço público federal no tocante à gratificação natalina.

Em um País, onde o processo inflacionário descontrolado, alimentado por medidas econômicas que não conseguem oferecer as respostas idealizadas, e que atinge a mais de 200% no período de um ano, é necessário que medidas sejam colocadas em prática para atenuar o rigor de sacrifícios que pesa sobre os servidores públicos de um modo geral e em especial ao servidor do plano administrativo federal.

Isto em virtude, principalmente, dos índices de correção salarial adotados para o funcionário estatutário, sempre na dependência da generosidade do Poder Executivo, e, sistematicamente abaixo do custo de vida.

Por este motivo, toda a medida que procure amenizar esse quadro é sempre bem aceita pelos setores mais sensíveis da comunidade em geral.

Desta forma, quero destacar em meu nome, e em nome da Bancada do PDS, nesta Casa, a emenda à Constituição Federal, apresentada pelo Deputado Federal Ary Kffury (PDS-PR), propondo a concessão, aos servidores civis e militares da União uma gratificação especial natalina.

Justifica o ilustre Parlamentar paranaense em sua proposta, que paira sobre o servidor público federal estatutário, uma grave injustiça, no tocante à gratificação de final de ano.

Enquanto ao funcionário público federal regido pela CLT é estendido o salário de final de ano, sob o título de décimo-terceiro mês, ao outro regido por diploma próprio, nada é previsto, sendo portanto, preterido quanto à percepção da gratificação natalina.

Para o funcionário estatutário a concessão de mais um salário ao ano, a esse título, é muito importante, pois afetará a

sua renda e, conseqüentemente, o seu próprio padrão de vida.

Assim, entende o Deputado, nada mais justo que a modificação pretendida.

Argumenta ainda o Deputado Ary Kffury sobre o aspecto psicológico que contribui ainda mais para intensificar esse sentimento de injustiça ao servidor público estatutário, pois à época em que esse benefício é estendido aos servidores regidos pela CLT, é justamente quando mais se acentua a pressão do consumismo sobre o brasileiro, através de farta propaganda que, comercializando o Natal, provoca em muitos uma enorme frustração. Ninguém está isento de tanta solicitação do comércio e da publicidade diz o Deputado Ary Kffury.

Uma vez que as medidas postas em prática pelo Governo para controlar a inflação, não vem produzindo os resultados desejados, e, não havendo mais reservas para sustentação prolongada dos enormes sacrifícios a quem sempre suporta a mais pesada carga, é necessário que se adotem agora certas medidas que busquem um pouco do tanto que se vem exigindo do servidor público estatutário, em flagrante desequilíbrio nesse particular, com seus colegas de trabalho regidos pela CLT.

O próprio processo inflacionário se encarrega de corrigir, através de índices oficiais estabelecidos pela União, as receitas públicas, enquanto a despesa com pessoal eleva-se em proporções menores e sempre na dependência da vontade do Poder Executivo, assessorado pelas autoridades da área econômica que, segundo as suas prioridades e interesses, fixa os próprios índices de correção que incidem sobre os salários em geral e, também, sobre os vencimentos dos funcionários públicos.

Esses índices são sempre inferiores àqueles que corrigem as receitas públicas.

Portanto, a presente proposta de emenda à Constituição Federal de autoria do eminente Deputado Ary Kffury, por certo encontrará, de seus pares, o devido acatamento, oportunizando que seja assim instituído o pagamento de mais um salário, com o título que se dê, a todos os funcionários públicos civis e militares da União, nos moldes como vem ocorrendo já em alguns Estados e Municípios.

Medida simpática e além de tudo, solidária".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Vanderer) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - (Lê):

"Os meios de comunicação, orquestrados

pelo Governo da União, propõem ao conjunto da população, maneiras criativas para sair da crise.

A proposta incentiva a "tecnologia alternativa", e talvez antecipe a futura publicação de um "manual de sobrevivência para marginalizados".

"Fé na crise e pau na gente".

A opção desnacionalizadora do capitalismo dependente gera, na passagem da agricultura de subsistência para a agricultura comercial e de exportação, extrema concentração da renda e da propriedade territorial rural. A tradicional estrutura agrária se deteriora e provoca a expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade, gerando, ainda, exércitos de bôias-frias.

Nas cidades, o mesmo processo dependente e desnacionalizador, produz bens sofisticados para uma minoria de renda alta, com tecnologia avançada e, conseqüentemente, gerando poucos empregos.

O pacote tecnológico subordina e absorve totalmente a autonomia do empresário nacional, na cidade e no campo.

As novas técnicas introduzidas, abruptamente, absorvem as indústrias menos modernas, que ocupavam, intensamente, mão-de-obra, levando ao declínio a criação de novos empregos por unidade de investimento.

Está composta, assim, a equação desemprego e empobrecimento da população urbana e rural.

É este o momento que vivemos no Brasil.

A miséria convive com um parque industrial moderno, agricultura de exportação e uma monumental dívida externa.

A miséria co-habita em berço explêndido, com a sétima potência industrial do mundo.

A resposta do Governo da União para a crise é recessão, desemprego, alienação da indústria de informática, fim do que resta de política mineral independente, Presidente indireto, subordinação ao FMI e controle da natalidade.

"Fé na crise e pau na gente".

Para os que já nasceram, a proposta é "tecnologia alternativa", ou seja, a transferência da responsabilidade pelo caos econômico para o povo.

Não que queiramos diminuir a importância de projetos tecnológicos "apropriados" ou "alternativos". Antigas tecnologias, abandonadas, não são necessariamente tecnologias inúteis. O que antevemos é que ao nos dedicarmos à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias antigas, retardemos ainda mais a necessária tomada de posição diante da crise.

O que o País precisa é de um Governo apropriado, alternativo aos "bandeirantes do Poder", aos políticos e empresários do

lucro a qualquer custo e da terra arrasada.

Um Governo gerido pela Nação, pelas pessoas que tem que dar conta de sua vida, no território brasileiro, que deixarão a terra para seus filhos, que dela e nela viverão.

Não mais os predadores sem pátria, desnacionalizados pelo tipo de informação cultural que absorveram. Que pelos interesses pelo consumo, pela renda, se assemelham e identificam com as elites de outros povos, diferindo fundamentalmente do conjunto da Nação Brasileira.

Um regime político do povo certamente não abandonará a indústria de ponta. Apropriará, com a devida redução sociológica, a tecnologia disponível, levando em consideração o pleno emprego e as necessárias limitações ecológicas.

INSTAURE-SE A PRIORIDADE DA NAÇÃO.

... OU FICA TUDO COMO ESTÁ!

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ontem, o Governo José Richa, através de programa de televisão, prestou contas a todo o povo paranaense das principais realizações deste primeiro ano de mandato. Um programa educativo, Senhores, que nos mostrou a realidade econômica e social do Paraná e as transformações que estão se operando a partir da intervenção de um Governo democrático, eleito pelo povo, com grande respaldo social.

E o que ficamos sabendo? O que o povo do Paraná pode depreender, após assistir a fala de todos os Secretários de Estado e do Senhor Governador?

Primeiro, que as promessas feitas na campanha eleitoral não se constituíram apenas em promessas. Elas estão sendo cumpridas. O Governo José Richa está levando à prática os princípios da democratização, da intensa participação popular e perseguindo as metas de elevação da qualidade de vida do povo paranaense.

Isto se traduz em feitos significativos.

O Estado que tinha um déficit de CR\$ 100.000.000.000,00 em seu orçamento, conseguiu superá-lo e alcançar um superávit de CR\$ 2.800.000.000,00. Uma performance que não foi alcançada por qualquer outro Governo Estadual.

Mais importante que a arrecadação é a aplicação dos recursos disponíveis.

No Paraná, como também se prometia na campanha, a educação recebe o maior per-

centual do Orçamento entre todos os Estados brasileiros: 29%. Garantia de que até o final do mandato de José Richa, não teremos uma criança sequer sem escola.

Foi iniciado o programa de eletrificação rural que já está levando energia para as propriedades do campo. A meta, todos sabem, é de cem mil propriedades rurais eletrificadas. Mais do que o total de propriedades rurais eletrificadas em toda a história do Paraná. Um programa de grande alcance social que se tornou possível graças, antes de tudo, às mudanças de padrões sofisticados vigentes até então, e que beneficiavam, prioritariamente, as empreiteiras e não o povo trabalhador do interior do Paraná.

Foi dada a largada para a construção de cem mil casas populares. Serão cem mil novas famílias paranaenses com teto. E neste período de recessão imposta pela política central do País, um fator gerador de empregos. Aliás, em todo o programa de obras do Governo José Richa, há uma preocupação prioritária, a geração de empregos, oferecer ao trabalhador as condições de exercer um direito básico, o de trabalhar para prover o sustento seu e de sua família.

Tomei apenas alguns aspectos do sucesso da administração José Richa. A mesma linha, a mesma disposição está presente em todas as áreas.

E é esse desempenho, essa dedicação, esse cumprimento das promessas, que explicam para todos nós o grande índice de popularidade alcançado pelo seu Governo, o maior de todos entre os Governos Estaduais que assumiram há um ano. Nossas congratulações ao Governo José Richa e ao seu desempenho.

Muito obrigado"

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há anos vêm o MDB e o PMDB lutando contra esse regime imposto à Nação.

Mas, por diversas vezes têm sido também a oposição, acusada de imobilismo; de ficar somente no plano da retórica em muitos episódios importantes.

Apesar do papel histórico do MDB e PMDB de sustentarem a resistência democrática, durante todos esses anos, em várias oportunidades, temos que reconhecer, não mobilizamos a população.

Eleições diretas, atual grande bandeira do povo, vem sendo desde há muito desfraldada pelo PMDB. Muitos discursos foram feitos, muitos manifestos elaborados,

mas o povo não estava mobilizado. Seria, se não tomássemos urgentes providências, mais um episódio que mereceria a justa crítica, pelo imobilismo. Assumiu a Secretaria Geral do Diretório do PMDB, o Senhor Affonso Alves de Camargo; político habilidoso, insinuante, por sua forma técnica - é engenheiro, é prático, objetivo e pragmático. Não fica somente na retórica, pois sua participação permanente é de sempre procurar transformar o discurso em atos concretos.

Pois bem, ao assumir a Secretaria Geral, objetivou a luta pelas Diretas. Definiu a forma de luta e já passou à prática. Cartazes, camisetas, decalques, slogans e comícios e de imediato, a primeira movimentação popular, o primeiro comício para Curitiba, sua cidade.

Foi um sucesso. Materializou o discurso das oposições. E estão aí, os comícios desencadeados, a partir do Paraná, se transformando na maior mobilização já vista no Brasil.

É discreto o Senador Affonso Alves de Camargo. Deflagrou, na prática, o movimento e não procurou se notabilizar por isso.

E a Emenda Dante Oliveira, se aprovada, terá sido pela pressão popular.

Mas, será aprovada a Emenda Dante Oliveira? Ninguém em sã consciência neste País, pode afirmar que sim, ou que não; só pode achar. A única certeza que nós, da oposição temos, é que a campanha deflagrada deve continuar, pois nossa esperança é que os Parlamentares do Partido do Governo se sensibilizem com a vontade da Nação e votem a favor. E se não for aprovada, o que faremos? Fico satisfeito e tranquilo em verificar que o discreto Doutor Affonso Alves de Camargo já está partindo dessa premissa possível em busca de outras alternativas. Mesmo eu divergindo dele em vários posicionamentos que devem ser assumidos por nosso partido, criticá-lo por conversar, como o criticaram, é negar a essência da política, a busca de soluções através do diálogo. Já estivemos em lados contrários; hoje estamos juntos e amanhã poderemos voltar a ser adversários. Mas quero, hoje, dar-lhe os parabéns, Affonso Camargo e dizer que para mim só há um adjetivo para qualificar as críticas a Vossa Excelência, por ter conversado com um General: ridículas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Encerrando o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande, concedendo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - (Lê):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Mais uma vez, como vem se tornando um costume nos últimos tempos, um órgão federal vem prejudicar os interesses do nosso Estado, diminuindo suas potencialidades através de sua atuação negativa.

Desta vez, o órgão ligado ao Governo Federal que está menosprezando os anseios da comunidade paranaense, é a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), que, sob a alegação de "estocagem estratégica", vem negando a liberação da sacaria destinada à embalagem do milho. Tal situação amplamente divulgada pelo Jornal "Folha de Londrina", do último sábado (17.03.), e conforme denúncia do Executivo Municipal de Moreira Salles, verifica-se porque a citada Campanha não deseja que os agricultores paranaenses, e em especial da região de Moreira Salles, comerciem sua produção neste momento, e aguardem melhores preços.

Para tanto, a Campanha de Financiamento da Produção além de se negar a liberar a sacaria, nega-se também a receber o milho que se encontra armazenado a granel.

Segundo a "Folha de Londrina", as cerealistas de Moreira Salles, estão pagando CR\$ 7.500,00 pela saca de 60 kg, enquanto a Cooperativa Agropecuária de Goioerê paga CR\$ 7.800,00; além disso, as cerealistas estão vendendo sacas a CR\$ 2.000,00 a unidade, enquanto o preço estipulado pela CFP é de CR\$ 648,00 para sacaria nova e CR\$ 402,00 sacaria usada. Com relação à aquisição pelo Governo Federal (AGF), que está sendo feita à base de CR\$ 6.400,00, ninguém está procurando, porque se encontra abaixo do preço que o milho vem sendo cobrado na cidade.

A situação é de alta gravidade, e exige providências imediatas, tanto mais que existe um precedente semelhante ao que está para se verificar agora; efetivamente, quando da comercialização da última safra do feijão das águas, sob a alegação de "estocagem estratégica" da sacaria, as embalagens acabaram sendo liberadas somente no final da colheita, quando a maior parte já havia sido comercializada aos intermediários, o que naturalmente, prejudicou grandemente os produtores.

É por esse motivo que, tendo em vista o perigo de se voltarem a repetir as nefastas consequências do ano passado, e diante da atual denúncia do Doutor Aldenizio Maia, Prefeito Municipal de Moreira Salles que alerta para novo prejuízo dos produtores, que se há de tomar um posicionamento com relação ao assunto. Os já sofridos agricultores do nosso Estado, não podem se tornar joguete nas mãos do Governo Federal, que está mais preocupado, ao

que tudo indica, em beneficiar os intermediários do que aqueles que lutam, sol a sol, pelo aumento da produção.

As autoridades paranaenses e os representantes de órgãos oficiais ligados ao setor estão conscientes do que está se passando, e, inclusive, cientificaram por telex o Presidente da Companhia de Financiamento da Produção.

As justas reivindicações dos produtores de Moreira Salles, que são nossas também, referem-se à autorização para que a Copasa receba milho a granel, e com relação à imediata liberação da venda da sacaria estocada, para que o milho fique em depósito na própria Copasa, para, posteriormente ser convertido em Empréstimo ao Governo Federal (EFG), quando forem liberadas essas normas; aliás, cabe aqui um parêntese: com relação à liberação destes recursos destinados aos empréstimos, e que estão atrasados um mês, cabe ressaltar que o Governo Federal prometeu haver recursos suficientes para a realização de uma comercialização segura e rápida da safra dos Estados produtores, o que não vem se verificando. Tais recursos devem ser o quanto antes liberados, para que se possa dar fluxo à comercialização da safra que está sendo colhida, pois que, além do milho, também a soja, o feijão e o arroz paranaense, que correspondem a mais de 25% da produção nacional, está ameaçada de cair nas mãos de intermediários.

No que se refere ao milho, na atual safra foram plantados 3.100 ha de milho, em Moreira Salles, com a produção estimada inicialmente em 9.300 toneladas. Porém, devido a fatores climáticos adversos, calcula-se que a produção não chegue a 8.000 toneladas, sendo que desse total, apenas 10% foram comercializados até o momento.

Concluindo, faço neste momento um apelo ao Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Claus Magno Germer, no sentido de que gestione o mais rapidamente possível junto ao Governo Federal, para que se encerre mais um capítulo negro do romance de promessas não cumpridas, porque caso contrário há o eminente perigo de um colapso na agricultura estadual".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Vanderer) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, por quinze minutos, no espaço da Liderança.

O SR. ORLANDO PESSUTI- Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê).

"Não poderia ser mais fecundo o primeiro ano do Governo José Richa, Senhores Deputados.

Apesar das enchentes que paralizaram a economia do Estado e levaram o desalento a

mais de cem Municípios, o Governo Estadual conseguiu:

- construir quinze casas populares por dia;
- duas salas de aula, por dia;
- revestir ou pavimentar três km de rodovias, por dia;
- construir quinze metros de pontes ou viadutos, por dia;
- realizar quarenta e cinco ligações rurais e duzentas urbanas, de energia elétrica, por dia;
- cento e sessenta ligações de água, por dia!

Somente estes dados demonstram o quanto a Bancada do PDS tem sido injusta, quando insiste na acusação absurda de "imobilismo" do Governo José Richa.

Na verdade, Senhor Presidente, são os Deputados da Oposição que assumiram uma posição imobilista, há muito tempo.

Primeiro, quando apoiavam os Governos autoritários e ilegítimos que dirigiram este País, nos últimos anos.

Segundo, quando se recusam a acatar o julgamento soberano das urnas e a vontade inabalável do povo paranaense, que depositou no PMDB as suas maiores esperanças de mudar os rumos desta Nação.

Teceiro, quando os Senhores Deputados do PDS fecham os olhos a todas as evidências de austeridade e eficiências administrativas, que constituem a marca do Governo José Richa.

E aí estão as recentes pesquisas de opinião, demonstrando de forma inquestionável, o reconhecimento do povo do Paraná a respeito do desempenho do governo José Richa, que está sendo melhor do que o esperado.

Em outras palavras, Senhores Deputados, está claro que valeu a pena a eleição de Governadores, e que a única solução para a legitimação do Poder e a superação das nossas dificuldades será a eleição direta do Presidente da República.

O Paraná mudou muito no primeiro ano de governo democrático do PMDB.

Pela primeira vez, na história, foram realizadas eleições de diretores das escolas oficiais, através de listas tripliques, como parte de uma estratégia que visa democratizar o ambiente escolar, colocar em discussão os problemas do sistema educacional e criar condições novas para a melhoria do rendimento e das condições de aprendizado.

Através do Programa de Ação Municipal e do Governo, igualmente em caráter pioneiro, vem dimensionando e executando obras e serviços de acordo com as reivindicações das comunidades.

Exatamente ao contrário do procedimento autoritário da administração anterior, que jamais se interessou em consultar e se

submeter aos paranaenses o exame crítico de suas metas.

Ao contrário da prática corrente nas administrações da Arena e do PDS, o Governo José Richa dispensa a todos os municípios do Paraná, o mesmo tratamento solidário, independente das posições políticas e partidárias dos respectivos Prefeitos.

Nós poderíamos citar dezenas de exemplos, para provar o que o Paraná inteiro já sabe, Senhor Presidente.

Mas, é suficiente lembrar que o Governo democrático do PMDB assumiu as despesas referentes ao pagamento dos salários dos professores da rede municipal, que atuam nas escolas estaduais, atendendo a uma antiga e justa aspiração de todos os Prefeitos.

Nem poderiam ser outros os objetivos de um governo que começou a sua gestão, submetendo o seu plano de ação ao julgamento da sociedade paranaense.

A retórica das grandes obras e dos investimentos que importam em pesados sacrifícios para o Povo, e que em muitos casos são de utilidade discutível, foi substituída por uma nova filosofia de governo, com vistas à democratização do poder, à participação comunitária e à melhoria da qualidade de vida da população.

É por isso que foi possível, Senhor presidente, numa época de inflação alucinante, reduzir de CR\$ 640.000,00 para CR\$ 250.000,00 o custo unitário das ligações de energia elétrica no meio rural, com a adoção de padrões tecnológicos menos sofisticados.

Na área da casa própria, em centenas de situações, o custo das construções foi reduzido a um terço, através do sistema de mutirão que eliminou as despesas de mão-de-obra.

Na pavimentação de rodovias estaduais com pedras irregulares, possibilitou o emprego de considerável contingente de mão-de-obra e a redução dos custos finais dos serviços executados, a um terço do que custaria a pavimentação de uma estrada pelos métodos convencionais.

Nós reconhecemos, Senhores Deputados, que as medidas adotadas pelo Estado, estão longe de alcançar o pleno emprego no Paraná.

Ao contrário, há estatísticas deprimentes, que falam em trezentos mil desempregados e seiscentos mil subempregados em nosso Estado.

Por que isso, Senhor Presidente?

Porque o Paraná tem sido multiplamente castigado por sucessivos governos autoritários:

-temos sido castigados por uma política econômica anti-social e anti-nacional, responsável pela dívida externa de mais de US\$ cem bilhões e pela inflação superior a

200%;

-temos sido castigados por uma política tributária que concentra quase todos os recursos nas mãos do Governo Central, em prejuízo dos Estados e municípios;

-temos sido castigados, quando organismos regionais e nacionais invadem as nossas fronteiras para construir gigantescas usinas elétricas, gerando riquezas que beneficiam outros Estados, deixando a nós, paranaenses, todos os custos sociais e econômicos, como a expulsão de populações, a perda de terras férteis, de produção agrícola e de renda tributária;

-temos sido castigados, Senhor Presidente, quando se nota que o Paraná, há vários anos, não tem nenhuma representação nos altos escalões do Governo federal, além de se constituir em uma inaceitável manifestação de desprezo à enorme contribuição que sempre demos ao desenvolvimento nacional, essa falta de representação faz com que as nossas legítimas reivindicações sejam sistematicamente ignoradas, como se o Paraná fosse um membro indesejável da Federação brasileira, a quem se impõe todos os deveres e se nega todos os direitos.

Apesar disso, Senhores Deputados, no primeiro ano do Governo José Richa, nenhuma obra foi paralisada.

Os empreiteiros e fornecedores receberam os seus créditos rigorosamente em dia.

Para noventa e dois mil servidores estatutários, foram concedidos os benefícios dos reajustes semestrais e do décimo terceiro salário.

Mais de CR\$ 8.000.000.000,00 foram repassados aos municípios, sem discriminações de nenhuma espécie.

Através da Secretaria da Indústria e Comércio, do Tecpar, do Badep e de outros recursos que dispõe, o Governo Estadual vem-se empenhando para gerar novos empregos, com tecnologias adequadas à nossa realidade, como é o caso do programa de micro-destilarias, do reassentamento de expropriados de Itaipu, em Castro e do desenvolvimento de programas de conservação do solo em micro-bacias.

Não queremos cansar os Senhores Deputados com longas dissertações sobre o primeiro ano do Governo José Richa.

Apenas alinhamos alguns fatos e números, que são muito mais eloquentes que o melhor discurso, porque refletem uma realidade: a realidade do acerto do povo paranaense, quando elegeu o Senhor José Richa para dirigir os destinos deste Estado".

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo aparte ao Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque - Agradeço Vossa Excelência, pelo aparte que me concede, que com muita veemência Vossa Excelência defende o Governo de José Richa, nós concordamos quando Vossa Excelência diz que o Governo eleito pelo povo é o Governo que deve assumir.

Estamos juntos neste pensamento; entretanto, Vossa Excelência mais do que acertou, pecou, Vossa Excelência primeiro diz que nas escolas foram implantadas a lista triplíce na eleição dos professores. Há algumas escolas, no Paraná, em que ainda não foram realizadas as eleições, e na maioria delas onde foram realizadas as eleições, meus parabéns, pelas eleições e meus pêsames porque nem sempre o mais votado assumiu; eleição para mim ganha quem teve mais votos, e não foi isso que aconteceu.

Com referência aos municípios que Vossa Excelência diz que o Governador atende a todos sem ver as cores partidárias, Vossa Excelência pecou mais uma vez; Vossa Excelência sabe que os Prefeitos do PDS têm denunciado, e são atendidos, realmente, quando liberados ou acompanhados pelos Diretórios Municipais do PMDB, o que chama-se comando político, que não é mais apenas do Deputado; o comando político agora aumentou, duplicou, talvez triplicou.

Com referência aos Professores, Vossa Excelência também peca dizendo que os Municípios foram liberados do pagamento os professores à disposição da rede escolar estadual. O Governador realmente concedeu algumas verbas aos prefeitos, mas não como o prometido, que seria 100%, Vossa Excelência sabe que não chega a 80%, e, ainda mais, os encargos sociais continuam com as municipalidades que já estão quase falidas.

Eu quero louvar o discurso de Vossa Excelência como Vice-Líder do Governo e do PMDB. Vossa Excelência está fazendo uma defesa brilhante, mas uma defesa cheia de pecados que eu não sei quem vai salvá-lo no futuro.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Senhor Deputado Tércio e lembraria apenas, Senhor Deputado, que embora possam parecer ainda alguns pecados do Governo José Richa, se eles assim o forem interpretados como sendo pecados, são muito menores e muito menos pecaminosos do que foram no passado e até os anos que antecederam esse nosso Governo.

O Sr. Tércio Albuquerque - Até concordo, em parte com Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo aparte ao Senhor Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França - Senhor Deputado Orlando Pessuti, apenas para parabenizá-lo e dizer, lembrar, aquilo que já afirmávamos certa ocasião com relação à crítica de próceres do PDS nesta Casa. É impressionante como insistem em coar um mosquito e engolir um elefante. Não tem direito de criticar a lista triplíce, quem, no passado, nada fez de concreto para que esta chamada "imperfeição", mas que representou no passado uma aspiração não aceita pelo então governo do PDS, que veio a ser realidade no Paraná.

Não tem o direito de formular críticas a nível de comando político - quando está bem claro, e, gostaríamos que fossem apresentados os exemplos de qual o Prefeito do PDS do Paraná, é que teve fechadas as portas de qualquer Secretaria do Governo José Richa pelo fato de não estar acompanhado por um Deputado do PMDB ou pelo Presidente do Diretoria Municipal do PMDB de sua cidade.

Mais do que nunca os números aí estão. Nós não podemos aceitar, de forma alguma, colocações que não estão espelhando a verdade, e que, representam sim, apenas a aceitação sistemática em não reconhecer aquilo que as pesquisas a nível nacional reconhecem - que apesar do caos econômico nacional o Paraná, graças ao Governo do PMDB está conseguindo dar a volta e superar os entraves que fizeram com que, a Nação submersa, viesse a estar na situação em que se encontra.

Parabéns, Senhor Deputado, pelo seu brilhante pronunciamento e a certeza de que o mais popular Governador do Brasil, segundo as últimas pesquisas, assim está sendo consagrado pela coerência e justiça, não só com relação ao PMDB, mas ao Paraná como um todo. Razão pela qual são inaceitáveis as críticas de revanchismo ou de arbítrio por parte do Palácio Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Senhor Deputado Tadeu França e permita-me incluí-lo em meu pronunciamento.

Concedo aparte ao nobre Deputado Artagão Mattos Leão.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Deputado Orlando Pessuti, eu entendo este seu pronunciamento não como uma defesa do Governo José Richa, mas o seu pronunciamento espelha, sim, uma realidade. Nós todos sabemos que a implantação da lista triplíce para diretores de escola, era uma antiga aspiração da classe. E, se agora demos à lista triplíce o que antes não era concedido, parti-

remos, sim, no futuro, para a eleição do mais votado.

Com relação ao convênio assinado pela Secretaria da Educação, com as prefeituras municipais, nós entendemos que já foi um desafio para os Senhores Prefeitos Municipais. Se não receberão 100% das verbas gastas junto aos professores municipais, ora prestando serviços na rede municipal de ensino. chegamos aos 80% e isto antes, todo esse valor saía das Prefeituras Municipais.

Por isso, Senhor Deputado Orlando Pessuti, nós o parabenizamos por esse pronunciamento, e repetimos que no nosso modo de entender, ele espelha, sim, uma realidade vigente neste Estado.

Muito obrigado, prezado Deputado.

O Sr. Nelson Buffara - Senhor Deputado, eu havia pedido um aparte...

O SR.ORLANDO PESSUTI - Concedo aparte ao nobre Deputado.

O Sr.Nelson Buffara - Senhor Deputado Pessuti, em que pese o respeito que sempre tive e tenho por Vossa Excelência, Deputado, que eu preservo e quero que esta amizade, enquanto nós aqui estivermos, seja duradoura. Mas, eu não posso concordar com Vossa Excelência, quando, no seu discurso, Vossa Excelência generaliza acusações, descambiando para o nosso Partido, o PDS, todo o ônus que existe neste Paraná e por este Brasil afora.

Vossa Excelência sabe que não existe ninguém infalível: a falibilidade é humana, o erro é inerente à pessoa humana.

Vossa Excelência faz uma série de acusações ao PDS, concluindo que nós somos responsáveis pelo caos, por tudo que existe no Brasil, tudo que é de ruim é debitado ao PDS.

Eu pergunto a Vossa Excelência: o Governo que tanto Vossa Excelência defende, José Richa, cometeu algum erro até hoje? Mesmo que esse erro não fosse intencional, deve ter cometido. Não há Governo que não tenha praticado este ou aquele erro.

A minha interpelação a Vossa Excelência no que diz respeito a ninguém ser dono da verdade. Nós não somos, nem Vossa Excelência. Eu protesto veemente contra a maneira como Vossa Excelência portou-se nessa Tribuna, generalizando acusações e imputando a nós do PDS, toda a sorte de erros cometidos por este Paraná. É essa a minha discordância; são essas as minhas colocações, em querer analisar, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência, o seu discurso nessa tarde.

O SR.ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte nobre Deputado Nelson Buffara.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O restante do horário ficará a cargo do Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR.PRESIDENTE - Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Spada, por doze minutos.

O SR.SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A propósito da discussão em curso, da criação da Secretaria de Estado das Minas e Energia do Paraná, cumpre recuperar a responsabilidade do Governo Federal sobre os destinos das reservas de xisto betuminoso em São Mateus do Sul.

A proposta de criação desta Secretaria está na razão direta do descompromisso e da irresponsabilidade do Governo Federal com o desenvolvimento de linhas energéticas alternativas ante a perspectiva de termos de reduzir ainda mais drasticamente o crescimento econômico brasileiro e de sermos forçados a impôr ritmo recessivo maior à indústria nacional, como consequências das dificuldades neste campo que o presente nos impõe e por certo o futuro aprofundará.

Há já algum tempo, o Senhor Ministro das Minas e Energia, César Cals, em passagem pelo Paraná, afirmava que o xisto betuminoso não constitui monopólio da União, tampouco, seria viável economicamente para a Petrobrás.

Estas manifestações ministeriais dão conta, por si mesmas, da existência no Governo Federal do antípoda do ex-Deputado democrata cristão italiano Enrico Mattei, que, pelo alto espírito público e patriótico, empreendeu pesquisas petrolíferas determinantes para a descoberta de gás metano, no norte da Itália. Com efeito, pois, se Enrico Mattei, como Presidente da Ente Nazionale Idrocarburi, foi responsável pelo rápido crescimento econômico da Itália no pós-guerra, o Senhor Ministro César Cals tem sido um dos principais obstáculos para a tomada de decisões políticas, capazes de aproveitar os imensos potenciais energéticos do Brasil.

Não há coragem, Senhor presidente. Falta independência e desprendimento nos homens do Governo Federal.

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem) Senhor Presidente, (Assentimento).

Perdoo-me Senhor Deputado Sérgio Spada, Vossa Excelência usa a tribuna cumprindo com o Regimento Interno.

Eu faço uma indagação à Mesa da Casa, se pode a Sessão continuar sem a Mesa estar completa. Está faltando o 2º Secretário da Casa. Perdoo-me Senhor Deputado Sérgio Spada, não deseja este Deputado tumultuar vosso pronunciamento que é elogiá-

vel em defesa da energia do Paraná. Nós queremos apenas indagar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa informa que, neste instante, foi preenchido o cargo de 2.º Secretário.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Muito Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está com a palavra o orador.

O SR. SÉRGIO SPADA - Solicito do Senhor Presidente que fosse descontado o tempo.

Outro dia os jornais noticiavam que o General João Figueiredo fez de uma das plataformas da Petrobrás, o discurso comemorativo dos cinco anos de Governo. Não há justificativa para isso. As recentes descobertas de petróleo não são mérito da política de Governo; são, antes, arroubos da natureza, que é pródiga com o Brasil. Tantas prospecções, tantos gastos, tanta sangria de riquezas pelos inconstitucionais, ilegais e entreguistas contratos de risco só poderiam dar em algum achado.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente. Senhores Deputados, é preciso resolver de vez por todas, a questão do monopólio do xisto, pois do modo como se deram as declarações do ministro das Minas e Energia, outras tem-se seguido, gerando um clima de intranquilidade a todos quantos se preocupam com os destinos do País.

A própria Lei n.º 2004, de 1953, assegura o monopólio do xisto pela União.

Parecer, datado de 1958, do então Consultor Geral da República, Doutor Antônio Gonçalves de Oliveira, considera o vocábulo "petróleo" como gênero que compreende duas espécies diferentes, a saber: petróleo proveniente de poço e petróleo proveniente do xisto.

Para se ver do relevante interesse nacional e da impraticabilidade de a Nação abrir mão deste direito, que o ministro desconhece ou finge desconhecer para melhor servir o apetite dos imperialistas, é o fato de o Brasil possuir a segunda maior reserva do mundo, precedido apenas dos Estados Unidos da América e seguido pela União Soviética. Segundo o Serviço Geológico dos Estados Unidos, o Brasil possui oitocentos bilhões de barris de óleo de xisto e para as estatísticas das Nações Unidas, oitocentos e quarenta e dois bilhões.

Somente a Formação de Irati, através de uma reserva medida numa área de 64,5 km² até um capeamento máximo de 30 m de espessura, obteve-se que a ocorrência é de quinhentos e sessenta milhões de barris de óleo. Além do óleo, ainda se pode extrair

3,9 milhões de toneladas de gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha, dezenove bilhões de metros cúbicos de gás combustível e 8,7 milhões de toneladas de enxofre.

Antes de entrarmos no mérito da viabilidade econômica da industrialização do xisto, é importante resgatarmos o projeto inicial da Usina Protótipo de Irati. Projetada para processar duas mil e duzentas toneladas diárias de xisto, a Usina entrou em operação em junho de 1972, para produzir mil barris de óleo de xisto por dia, dezessete toneladas de enxofre e 36.500 m³ de gás combustível.

O projeto serviria para testar a operabilidade mecânica dos equipamentos e a operabilidade e reprodutibilidade do processo PETROSIX, de caráter inteiramente nacional e muito à frente dos similares estrangeiros. Planejada para operar em duas etapas, a primeira, em 1984, e a segunda com produção total, em 1986, a Usina teria o papel de desenvolver projetos básicos das unidades do conjunto industrial.

Do total dos custos da obra, apenas 16% dispenderiam divisas e, de acordo com estimativas da Petrobrás, depois que a Usina, o oleoduto e o hidrotreatamento entrarem em operação, o investimento em moeda estrangeira será revertido em menos de um ano. Estes são dados de 1981.

Observação: oleoduto de São Mateus até Araucária, para beneficiamento na Refinaria Presidente VARGAS (REPAR).

Da perspectiva da viabilidade econômica, Senhor Presidente, pelos dados de que dispomos, em 1981, havia nada menos de três mil patentes de processamento do xisto. O Superintendente da Industrialização do Xisto, Senhor Bastos Filho, declarou na imprensa, ano passado, que durante dez anos se realizaram cerca de quinhentos testes e pesquisas sobre a industrialização do xisto, resultando no PETROSIX que motivara, na época a assinatura de três contratos com empresas estrangeiras americanas e japonesas, fornecendo à Usina a irrisória receita de 350.000 US\$.

Estudos da Petrobrás afirmam que a exploração é rentável em jazidas com teor de óleo de 6%. Em nosso Estado, o teor médio é de 7,4%, seguido pelo Município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, com 7% e Pacarái no Município de Dom Pedrito, também no Rio Grande do Sul, com 6,8%.

Igualmente, técnicos da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que há dois anos vem fazendo testes com apoio do Fundo de Incentivos à Pesquisa Técnico-Científica do Banco do Brasil, asseveram que, com investimentos governamentais no setor, no final deste ano,

ou início de 1985, já poderemos alimentar grande parte da frota de caminhões nacionais a partir da extração do óleo de xisto.

Interessante observar que os custos do processamento na refinaria são idênticos aos da transformação de petróleo, podendo usar a infra-estrutura das refinarias já existentes e ter aplicação em veículos e máquinas movidas pelos derivados de petróleo, sem oferecer quaisquer alterações. Uma vez construída, a Usina terá vida útil de trinta anos, recuperando mais de quinhentos milhões de barris de óleo de xisto. Não haveria, é importante frisar, justificativa para contratos de risco, já que o xisto ora aparece à flor da terra, ora em profundidades inferiores a 50 m.

E o que é preciso para a instalação da 1ª fase da Usina, que prevê apenas uma das vinte retortas do projeto inicial? São necessários 110.000.000US\$ aproximadamente, que o Governo Federal, infelizmente, se nega a investir, empurrando o problema adiante, numa diluição de responsabilidade absolutamente inaceitável.

Agora, vamos verificar da ótica do interesse do Estado do Paraná. O Artigo 10, § 3º, da Lei Federal n. 2004, diz:

"A União transferirá, sem ônus para os Estados e municípios, respectivamente, 8% e 2% do valor da jazida em ações da Petrobrás, como retribuição ao Estado e Município onde ocorrem as jazidas". Pelos valores que antes especificamos, é evidente que a União não tem cumprido este preceito legal, donde levantamos nossos protestos e a exigência do Paraná no sentido do seu cumprimento.

A unidade do Paraná nesta questão é fundamental. Precisamos defender os investimentos do Governo Federal neste setor. Estes recursos que o Paraná exige ofereciam três mil empregos diretos, polarizariam indústrias no local e incrementariam, significativamente, as rendas públicas municipal e estadual.

No artigo 27, da lei federal aludida, além da co-propriedade, o Estado tem mais 5% do resultado da exploração, isto é, 5% do custo de cada barril de petróleo é de propriedade do Estado em cujo território ocorra a jazida, que distribuirão 20% aos municípios, segundo sua produção.

A União não investe, não obedece os dispositivos legais, recusando-se levar o Brasil à autonomia neste campo. Nem incorpora ao Estado, em forma de ações, a jazida avaliada e incorporada ao capital da Petrobrás; tampouco cumpre a lei dos "royalties" de 5%. Eis como se coloca o problema do ponto de vista legal.

Diante da situação exposta, o que propomos é o desencadeamento de ampla campanha que mobilize toda população, no sentido

de que se fosse uma consciência nacional em defesa dessa reserva energética. Propomos uma campanha nacionalista que integre a imprensa do Estado, as organizações dos trabalhadores, dos estudantes, dos professores e dos profissionais liberais. Uma campanha que se ligue à luta contra a entrega das reservas naturais de Carajá, da Amazônia.

É urgente a luta pela interrupção do processo de dependência do País às grandes potências, aos monopólios e aos cartéis e trustes. Todos estão chamados a participar. A Bancada do PDS nesta Casa, as entidades empresariais paranaenses e as entidades culturais.

Nesta linha de intervenção pretendemos apresentar uma proposta à Bancada do nosso partido, cuja temática deverá ser: "O XISTO É NOSSO, O PARANÁ EXIGE!"

Por último, Senhor Presidente, propomos à Mesa, requerimento em que solicitamos a realização de um Fórum de Debates, patrocinado por esta Casa, e que, temos certeza, saberá colocar na mesa de discussão, autoridades no assunto das Universidades brasileiras, do Parlamento, do Governo Federal e do Governo Estadual e dos Setores representativos da sociedade civil brasileira em geral, e paranaenses em particular. A tese é nacionalista. Empolgará o Paraná e merece, portanto, o esforço e o cuidado de todos.

O Sr. Acir Mezzadri - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Com atenção, nobre Deputado Sérgio Spada, acompanhamos a profundidade do vosso pronunciamento e por se tratar da questão do xisto, inclusive de uma região que representamos, São Mateus do Sul, eu vejo que é de fundamental importância a questão ora levantada pelo nobre Deputado. Parabéns Deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa concede um minuto para o orador concluir seu discurso.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado, Senhor Presidente.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e tenho certeza que será muito importante sua participação neste eventual seminário que nós realizaremos aqui nesta Casa.

E gostaria de comunicar a esta Casa, que o Governo do Estado se interessou intensamente neste programa de exploração do xisto, tanto que já designou uma comissão de alto nível para estudar a viabilidade econômica, da exploração do xisto no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa consulta à Liderança do PDS se usará o

o horário que lhe é reservado.

O SR. ODENI MONGRUEL - Usará da tribuna por quinze minutos, o Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Com a palavra o Senhor Deputado Tércio Albuquerque, por quinze minutos.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de começar a entrar no assunto que desejamos nesta tarde analisar, eu gostaria de fazer uma denúncia aos Senhores Deputados que compõem este Poder.

Há dias atrás, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Senhor Deputado José Antônio Fonseca, pronunciou-se da tribuna, discutindo assuntos que engrandece e que enobrece sua presença no Parlamento Paranaense. Direito lhe foi dado pelo povo, de responder e discutir, Senhor Presidente com o meu nobre companheiro de Assembléia e de Região, Deputado José Antônio Fonseca.

Saímos deste Plenário, conversando corredor afora. No dia seguinte, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tomei uma enorme surpresa, que profundamente me abalou.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Dentro de instantes, meu nobre companheiro.

Surpresa que abalou-me quando recebi uma longa carta, da assessoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, a quem prezo e respeito como companheiro de Parlamento. O assessor do Senhor José Antônio Fonseca assinou o documento a mim dirigindo, em nome de toda a sua assessoria, tentando proibir que eu use da tribuna que o povo concedeu-me o direito de usá-la, criticando-me por ter discutido com o Deputado José Antônio Fonseca.

Carta assinada, se não me engano, pelo Senhor Célio Evangelista, acredito ser um louco. Usando a figura de um grande escritor da história portuguesa, citando-o como se fosse um grande escritor da história francesa, para criticar-me dizendo que no Parlamento não se deve falar de improviso; que os Deputados pagam seu assessoramento para que tragam seus discursos escritos e previamente estudados. Só sendo um louco. O assessor do Doutor José Antônio Fonseca.

Dizendo ainda mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que iria comunicar à minha região, que eu venho à tribuna, de improviso, que os meus assessores não preparam os meus discursos.

Desautorizo qualquer assessor meu, ou

mais precisamente, não preciso fazer isso, porque os meus assessores são educados e respeitam todos os Deputados deste Parlamento, como também os seus assessores.

Conversei com o Deputado José Antônio Fonseca, e o mesmo disse não ter conhecimento do fato; desautorizou o seu assessor. Onde estamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Daqui há pouco, este maluco vai me dar um tiro na saída da Assembléia Legislativa. Porque me oficiar, proibindo eu falar neste Parlamento? Só o povo vai me proibir, se tirar-me desta Assembléia nas próximas eleições.

Apelo, Senhor Presidente, para que seja comunicado ao Deputado José Antônio Fonseca, este brilhante Parlamentar, desautorizando o seu assessor a tomar atitudes como esta com os demais Senhores Deputados desta Casa.

Eu concedo o aparte, antes de continuar ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Tércio Albuquerque, homem temperado e retemperado nas urnas, nas lides políticas, que não quer outra coisa a não ser o bem-estar de sua terra e de sua gente.

Vossa Excelência sabe o respeito que tenho por vossa Excelência, Deputado Tércio Albuquerque, dizia um homem que hoje já não existe mais, Abílio Nogueira, um homem do complexo Bamerindus: "Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso". Vossa Excelência não pode descer ao nível desta gente que não quer outra coisa a não ser, Deputado Tércio Albuquerque, tumultuar.

Esta gente que sorri, que sofisma, como se fosse um desastre ecológico, com raras exceções, foi um desastre político.

Vossa Excelência Deputado Tércio Albuquerque, foi retemperado nas urnas, Vossa Excelência lutou contra a avalanche nas urnas. Vossa Excelência lutou contra a avalanche como nós lutamos. Com o respeito que tenho pelo grande líder paranaense Jayme Canet Júnior, desses moços que vieram despreparados, Deputado Tércio Albuquerque, ao montar a sua equipe de trabalho a faltar com o respeito de um homem que veio a este Parlamento, de uma mulher, de qualquer um que seja, representando uma parcela do Governo Estadual do Paraná e de sua gente, Vossa Excelência tem que dizer a esse assessor, com respeito ao Senhor Deputado, o que vem de baixo não nos atinge, porque haveremos de mostrar a essa gente, que não quer outra coisa, Deputado Tércio Albuquerque, a não ser sofismar, a não ser nessa euforia como estava Maria Antonieta antes de ir para a guilhotina, nessa euforia do deslumbramento dos guris, dos meninos que não sabem nada; até hoje,

num ano de Governo, nada fizeram pelo Paraná e sua gente, a não ser inaugurar obras, Deputado Tércio Albuquerque, que nós fizemos; obras de Ney Braga, obras de Jayme Canet Júnior, Deputado Tércio Albuquerque. E é isso aí, a não ser bajular aquele segundo homem que é o Secretário, o Ministro dos Transportes, Ministro Claudino Severo, que vem aqui comer com os comensais do Governo José Richa, e marginalizar o povo.

Deputado Tércio Albuquerque, a verdade tarda mas não falha. Os que hoje se dizem donos da verdade, que digam, num ano de Governo, Deputado Tércio Albuquerque, permita-me tomar mais um minuto do seu tempo, o que fizeram pelo Paraná; o que fizeram a não ser na sombra do Grande Governador Jayme Canet Júnior, do grande Governador Ney Braga, e a bajular os homens do Governo Central, os "Delfins Nettos" e os outros que estão infelicitando o Paraná?

Eu parabeno-me com Vossa Excelência. Não dê atenção! Nós devemos estar acima dessas quisilas e o que vem de baixo, Deputado Tércio Albuquerque, não nos atinge. A história do Paraná há de dizer se nós queremos, ou não, o bem-estar de nossa terra e de nossa gente.

Muito obrigado. Senhor Deputado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Gabriel, que sempre, no seu entusiasmo, usa dos seus apartes para falar do Paraná que Vossa Excelência tanto conhece pelos seus cabelos brancos vividos neste Parlamento e no interior do Paraná.

Muito obrigado, pelo seu aparte.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apenas denunciei o assessor do Deputado José Antônio Fonseca para que a Casa tenha conhecimento de alguns fatos que não podem ocorrer. O Deputado é livre, mas acima de tudo é responsável pelo que fala. Os nossos erros, a Justiça está aí para julgar. O que não podemos é ser ameaçados por cartas mal escritas de algum assessor dos Senhores Deputados.

Ouvi com muita atenção, dois discursos na tarde de hoje. Um deles, analisando, com muita propriedade, a falta que nós todos, paranaenses, quer peemedebistas, ou pedessistas, no cumprimento da união do esforço, de mão dada em benefício do que é nosso.

Pela análise do Deputado Sérgio Spada, meu principal adversário político, quero, nesta tarde, render-lhe minhas homenagens pelo seu elaborado pronunciamento, pela tese profunda que Vossa Excelência trouxe, na tarde de hoje, para o debate em nossa Assembleia Legislativa.

O xisto é nosso, e temos que fazer a sua produção crescer cada vez mais, mas

que o seu lucro seja também implantado em benefício do nosso sofrido Paraná, que tem dado muito, e muito pouco tem recebido. É deste tipo de pronunciamento que nós desejamos cada vez mais assistir, ouvir e debater, Deputado Sérgio Spada. Vossa Excelência terá o meu aplauso, não só aqui, mas, na minha próxima ida à região, falarei do seu pronunciamento, como sempre fiz às grandes causas que Vossa Excelência traz a esta Casa.

Outro pronunciamento bem escrito, bem elaborado, mas com tantos pecados, que só Deus, poderá perdoar, é o pronunciamento do Deputado, ilustre Vice-Líder desta Casa, Deputado Orlando Pessuti.

Falou o Deputado Orlando Pessuti, da lista tríplice, da eleição participativa, que tivemos nas escolas estaduais. Deixou de dizer o Deputado Orlando Pessuti, que foi gasto na promoção desta eleição, mais de CR\$ 100.000.000,00, só em publicidade, e outros tantos cruzeiros que não temos condições de avaliá-los porque não foram divulgados.

Transporte, uma babilônia, uma correia de assessores da Secretaria de Educação por este Paraná afora, quando poderia esta eleição ter sido realizada e propaganda apenas em âmbito das escolas estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo um minuto para concluir sua oração.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Que pena, o assessor do Deputado José Antônio Fonseca arrebatou-me e tomou-me o tempo inteiro.

Mas é necessário que se diga, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta eleição foi uma verdadeira farsa.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Deputado Tércio Albuquerque, de acordo com a informação da Liderança, ela concede-lhe mais cinco minutos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço, Deputado Odeni Mongruel.

Eleição, que o eleito não ganhou.. Na maioria das escolas não foram nomeados os professores que venceram as eleições, e em um aparte de Sua Excelência, o quase Líder peemedebista, Deputado Tadeu França, disse que no passado nós nunca realizamos a Lista Tríplice; nós ficamos soberanos, donos do comando. Eu quero provar a Vossa Excelência Senhor Deputado, o contrário.

O Sr. Gabriel Mancel - O Deputado Tadeu França esquece que nós tivemos um grande Governador, Jayme Canet Júnior, que foi o nosso chefe, e que foi causador da vitória do PMDB e também usava a lista tríplice.

Quando ele fala, o Deputado Tadeu França, que lembre-se, viu Deputado, quer apenas que Vossa Excelência frise isto: o grande Governador Jayme Canet Júnior, que hoje nós homenageamos, também foi nosso Governador da Arena, criticado pelo Deputado Tadeu França, que também trouxe ao Deputado e ao Governador José Richa essa benesse de estarem hoje mandando no Poder, donos da bola, e nós por baixo, temos o direito de espernearmos.

Muito obrigado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Deputado Tadeu França, só para responder ao aparte de Vossa Excelência. Em Foz do Iguaçu existe um Colégio chamado Bartolomeu Mitre, tradicional Colégio. A diretora daquele estabelecimento ficou no cargo mais de dezesseis anos. Por problemas político-administrativos também foi demitida. Recebi em meu Gabinete o presidente da Associação dos Professores do Paraná que aconselhou-me a lista triíplice naquele estabelecimento. Aceitei a sugestão do presidente da Associação. Fui convidado a comparecer a eleição dos professores, mas não compareci para deixar em liberdade os professores a fim de elegerem a lista triíplice, e foi colocada a mais votada, Senhor Deputado. Antes do seu governo, graças a Deus e com muita humildade, em Foz do Iguaçu, nós já tínhamos sugerido, pela Associação dos Professores, iniciar este processo de lista triíplice. Não venha Vossa Excelência facilmente, querer jogar pedras em seus companheiros do Poder Legislativo antes que tenha conhecimento do fato, ou antes que conheça o Paraná inteiro, através do seu sistema educacional e, especialmente, nas nomeações das escolas.

O Sr. Tadeu França - concede-me um aparte, Senhor Deputado?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Já o concedo. Com referência ao que disse o Deputado Orlando Pessuti, avalizado por Vossa Excelência, o Deputado Artagão Mattos Leão, que graças a Deus e ao Governo José Richa, as prefeituras já estão recebendo 80% do valor da folha de pagamento que os professores consomem das Prefeituras, e estão à disposição do Estado. Vossa Excelência não tem conhecimento, ou talvez tenha e está sofismando, de que o governo passado não assumiu este compromisso, mas doava mensalmente às Prefeituras Municipais verbas volumosas para auxílio de pagamento dos Senhores Professores. É o mesmo dinheiro só que com outra denominação. Vossa Excelência esqueceu disto? Vossa Excelência, Deputado Orlando Pessuti, cumprindo o seu papel de Vice-Líder, disse tantas coisas que o governo tem feito, mas não diz das

verbas que o Governo Federal tem trazido em todos os setores para administração do Governo José Richa. São dezenas, centenas de convênios assinados; são verbas repassadas, e estas verbas Vossas Excelências fazem questão de ter os olhos de um cego e ouvidos de um surdo.

Vossas Excelências falam sempre faltando com a verdade. Concedo antes do Deputado Tadeu França o aparte ao nobre Deputado Baasílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Nobre Deputado Tércio Albuquerque, inicialmente eu quero dizer da nossa solidariedade e creio que da Bancada com Vossa Excelência, face a essa agressão irresponsável e incompetente de funcionário mal avisado, que não sabe o que está fazendo na Casa, e não vejo outra coisa, senão a providência de a Comissão Executiva tomar, para que um funcionário de qualquer Deputado da Casa, não se dirija a qualquer Sr. Deputado, por contrariar ao comportamento de um parlamentar, política ou pessoalmente. Isto é um absurdo!

Estou aqui há quatro legislaturas, nobre Deputado. Nunca vi denúncia igual. É para onde está descambando esta Casa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é justo que na euforia do início do Governo José Richa, porque apenas um ano e pouco está-se passando, faz-se no seu aniversário de Governo um desfile de discursos de elogios às suas obras.

É natural e é a função do Parlamentar do PMDB. Mas nós, por outro lado, ficamos observando essas instalações da COPEL, na eletrificação rural. A região de Maringá está recebendo, agora, impressos para os interessados fazerem os seus pedidos, agora, os dólares estão aí!

E eu não vi eletrificação rural na nossa região!

Quanto à eleição de diretor de estabelecimento de ensino, não houve na história do Paraná, farsa maior, mentira maior! Poucas cidades, poucos municípios tiveram em seus estabelecimentos escolares, diretores nomeados mais votados. E o Deputado Tadeu França, professor universitário, conhece muito bem o problema e sabe da verdade.

Esses recursos de assistência social às entidades filantrópicas e às Prefeituras Municipais para atender às pessoas mais carentes, Sr. Deputado, em 1983, é bom que se traga aqui os valores que o Estado, da verba do Gabinete do Sr. Governador, como tradicionalmente fazia, se traga aqui para nós sabermos o destino do dinheiro. Para os carentes desse Governo participativo.

Meu aparte está sendo longo, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, em Paranavaí, houve

agora, nestes dias, a exposição agropecuária e industrial de Paranavaí. Que pena! Pouquíssimos pecuaristas foram lá levar suas reses, seu gado.

Sabem por quê?

Porque têm que se pagar agora ICM de vaca leiteira, Sr. Deputado. Os lavradores, e os pequenos pecuaristas que participavam das exposições no Paraná, num relacionamento entre criadores, pequenos principalmente, para o melhoramento de seu rebanho, não se verifica mais no Paraná, porque o atual Governo do Estado criou, agora, o imposto do ICM, todas as vezes que se transacionar qualquer comercialização do gado, antes do abate, e outros Estados assim não procedem, como São Paulo, Mato Grosso etc.

Nos temos na área do Ministério do Interior a SUCEPAR - Superintendência de Combate à Erosão do Paraná, que sobrevive com recursos federais, embora tenha a participação do dinheiro do Estado.

Pois bem! Um Prefeito do PDS, que às portas da SUCEPAR bater, que não tiver em sua companhia um Deputado, Vereador, ou uma cartinha do Presidente do Diretório do PMDB do seu município, nem convém falar com o Sr. Agostinho, Sr. Deputado. Porque lá quem entende de erosão e de liberação de recursos e tubos, são os membros do Diretório do Município, e nunca vi tamanha barbaridade; são os Srs. Deputados do PMDB; é um desfile de barbaridades!

Agora, vem um plano que ia salvar os municípios; o "Projeto" quem criou esse projeto aí foi o Sr. Saul Raiz e está dando nessa coisa. Diz que agora os cento e cinquenta milhões de dólares iam salvar os municípios da falência. Agora o Estado, ao examinar com os Srs. Prefeitos Municipais o plano de aplicação desses recursos, o que é que ele está fazendo? Transferindo aos municípios para que eles façam com recursos do PLAN; e aí tem um terço de dólares e juros caríssimos, transferindo obras que, tradicionalmente, o Estado sempre executou nos municípios, como construção de creches, combate à erosão, postos de saúde, extensão de rede de energia elétrica, serviço de abastecimento de água, de saúde, construção de salas de aula e até rodoviária eu estou ouvindo falar, Sr. Deputado, com dinheiro do PLAN. Com dólares dos Estados Unidos. E nós estamos apenas, Sr. Deputado, a um ano e pouco do Governo do Sr. José Richa, iniciando. Eu só espero que quando estiver no segundo aniversário, no terceiro aniversário, realmente, torne concreto esse grande Governo de grandes obras e de grandes realizações". Que sem demagogia alguma, eu não vi e desejo ao Paraná que estas obras tão prometidas, se realizem aqui no Paraná.

Obrigado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência Deputado Basílio Zanusso, que com muita propriedade Vossa Excelência engrandece este nosso pronunciamento. Vossa Excelência realmente, é um deputado que gosta de falar pouco, mas trabalho muito e pensa o bastante para quando falar, dizer, com coerência, a verdade e o que os paranaenses gostam de ouvir.

Eu concedo o aparte ao Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França - Deputado Tércio Albuquerque, Vossa Excelência afirmava, que na sua esmagadora maioria os mais votados não foram nomeados. Basta pesquisar para se comprovar. Oitenta por cento dos atuais diretores das escolas da rede estadual de ensino, foram os mais votados. De situações particulares não se deduz aquilo que é universal. Vossa Excelência não pode, em nome de um lance democrático em seu município, instituindo-se, na prática, uma lista tríplice ocasional, partir para a defesa institucional efetiva a nível de Estado. Fez-se processo porque nunca houve no passado a nível de consolidação legal.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Neste minuto que resta-me, Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência que está na liderança, traga-me os esclarecimentos da BANESTADO Reflorestadora. Isto é uma barbaridade. Quinta-feira cobrei, esperei na sexta-feira a imprensa, esperei sábado, domingo e ninguém trouxe-me os esclarecimentos do desvio, do desfalque da Reflorestadora Banestado. Este é o seu governo participativo, Deputado Orlando Pessuti. Fica no ar o meu pedido e Vossa Excelência como Líder do Partido do Governo, tem por obrigação, trazer-me os esclarecimentos da Reflorestadora Banestado, para que Vossa Excelência, com voz forte, possa defender a austeridade e a honestidade do Governo José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está Encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes, desta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente,

pela ordem. **(Assentimento)**.

Queria que Vossa Excelência, por gentileza, mandasse proceder a leitura a quem é destinado este Título de Cidadão Benemérito do Paraná e a quem ele fez benefício.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - O autor, Sr. Deputado Fuad Nacli, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Gilberto de Abreu Pires. Os Deputados que apoiam permaneçam como estão...

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, para encaminhar a votação, Senhor Presidente. Queria que Vossa Excelência concedesse-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Só em caso do apoio.

O SR. GABRIEL MANOEL - Muito obrigado. Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Está com a palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Gilberto de Abreu Pires, quem é este Senhor? Que fez ele pelo Paraná? Porque ele tornou-se assim uma "fábula" ao Doutor Gilberto de Abreu Pires, um homem que fez o Presidente de nosso partido, um homem que fez o ex-Governador do Estado comer maçã nas portas da gloriosa Corporação do Guatupê da Polícia Militar. Agora, talvez eu esteja enganado, talvez eu esteja equivocado. Mas se for para este cidadão que nada trouxe ao Paraná, que nada fez ao Paraná, Sr. Presidente, eu queria que Vossa Excelência consignasse em Ata o meu repúdio para os homens que não trabalham pelo Paraná; o repúdio, talvez, de uma voz solitária dentro de minha bancada. Que fez o Senhor Gilberto de Abreu Pires para o Paraná e para a sua gente? Que trouxe de benefícios, Senhor Presidente? É um protesto que quero que fique consignado em Ata, na minha, em particular. Um homem desse que não teve o respeito, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Deputados da minha bancada, com o próprio Presidente de nosso partido, ex-Deputado e ex-Governador Paulo Pimentel e nosso líder Ney Braga.

Queria que o Sr. Deputado Fuad Nacli perdoasse-me, mas nós, de bom senso, não podemos votar um Título de Cidadão Paranaense a um homem que nada fez pelo Paraná e por sua gente. Queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros de minha bancada, que trouxessem "apenasmente", como dizia Odorico Paraguagu, o que esta "beldade" trouxe ao Paraná, e isto está se tornando, Senhor Presidente, apenas uma desmoralização para a Assembléia Legisla-

tiva. Quem é Gilberto de Abreu Pires? Quantos e quantos paranaenses merecem o Título de Cidadão Paranaense, quantos e quantos cidadãos trazem ao Paraná, doam o seu próprio sangue.

Então, é um voto de protesto, e, se a minha bancada votar favorável a este requerimento, então, direi plageando não Rui Barbosa, mas alguém que falou: "somos uma plêiade de homens sem alma", porque Gilberto de Abreu Pires, a sua vela está se apagando. Graças a Deus, Delfim Netto, Abreu Pires, Galvêas, estão tumultuando da sombra onde eles merecem, do vale das sombras, como dizia Jesus Cristo. E seria uma incoerência a Presidência receber um requerimento desta natureza; é uma incoerência para o Paraná, para o seu Poder Legislativo: quem é Gilberto de Abreu Pires para receber um Título Paranaense de Cidadão Benemérito? Qual é o benefício que esse cidadão desconhecido trouxe? Nós o conhecemos como o "homem da maçã". Nós o conhecemos, Sr. Presidente, porque ele fez Ney Braga e Paulo Pimentel comerem maçã nas portas do Quartel do Guatupê. Se para isso ele merece o título, então, meus colegas, que votem com a consciência tranqüila; repúdio e se os meus colegas tiverem um pouquinho de respeito pelo Paraná, que votem contra este requerimento, porque esse homem nada fez, nada trouxe ao Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - **(Para encaminhar)**.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Apenas para responder ao pedido do grande Deputado Gabriel Manoel, esse homem dos cabelos grisalhos, de tantas Legislaturas que aqui têm muitobem representado o povo paranaense e, principalmente o povo humilde do interior, em nome da Bancada do PMDB, eu venho dizer a Casa e ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, que o Sr. Gilberto de Abreu Pires é o Assessor-Diretor do Presidente Figueiredo; é o homem que está maquinando as eleições indiretas e tirando do povo brasileiro o direito de escolher o seu Presidente da República e, por isso, a Bancada do PMDB solidariamente ao Sr. Deputado Gabriel Manoel votará contra o apoio a esse projeto que dá o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao homem que está contra o interesse do paranaense em votar pelas eleições diretas, o Presidente da República. Por isso, Sr. Deputado Gabriel Manoel, o Senhor hoje entrará na história das Sessões da Assembléia Legislativa, porque como democrata que Vossa

Excelência é, está ao lado dos democratas paranaenses e democratas brasileiros, quando os Ibopes, as pesquisas revelam que mais de 90% do povo brasileiro, está a favor das eleições diretas e os laboratórios do Palácio do Planalto em Brasília, estão a tirar do povo brasileiro e do povo paranaense a escolha do seu legítimo representante, na Presidência da República.

Por isso, Sr. Deputado Gabriel Manoel hoje o Senhor tem a nossa solidariedade e a Bancada democrática do PMDB da Assembleia Legislativa votará contra a concessão deste título.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Nós entendemos Sr. Presidente e Srs. Deputados que o projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, ele está na Mesa apenas para pedido de apoio e a discussão será, Sr. Deputado Gabriel Manoel, na Comissão de Justiça e depois neste plenário.

Sr. Deputado Gabriel Manoel terá este Deputado ao seu lado. Mas nós vamos esperar o parecer da Comissão de Justiça, porque assim o Regimento Interno diz com referência aos projetos de lei. Se Vossa Excelência por em apoio hoje, daí sim, poderemos votar favorável ou contra, agora essa discussão nós deixaríamos para a Comissão de Constituição e Justiça, segundo o Regimento da Casa.

O SR. GABRIEL MANOEL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - O Deputado Tércio Albuquerque, comentou muito bem, mas um projeto esdrúxulo "quem cala, consente" e nós não calamos, porque covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta, já dizia o velho Rui Barbosa, então eu sou contra o nascedouro deste projeto esdrúxulo sentindo a falta do meu amigo querido Deputado Fuad Nacli, que temos tantos homens ilustres no Paraná, e agora vamos dar para um homem "bruxo" para um maquinador que está enterrando o Brasil junto com o Sr. Delfim Netto, com o Sr. Galvêas e com outros.

Então, queria que Vossa Excelência concedesse-me o dever, onde tem dever tem...

O Sr. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa só informa que Vossa Excelência já

usou uma vez a palavra Pela Ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL - Infelizmente, Vossa Excelência não conhecendo deu-me a palavra e agora Vossa Excelência vai escutar o resto. Está bem, Sr. Presidente, quem não tem competência não se estabelece.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em votação o apoio.

Os Srs. Deputados que apoiam, permanecem como estão. **Rejeitado o apoio.** Ao Departamento Legislativo.

Mensagem do Sr. Governador do Estado, de n.º 83/84, constante do expediente, solicitando autorização para que o Sr. Vice-Governador se afaste do País no período de 1.º de abril a 10 de maio, do corrente ano. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 130/82, de autoria do ex-Deputado JOSÉ DOMINGOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a "FREI MIGUEL MARIA BOTACCIN". Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 26/83, de autoria do Sr. Deputado RUBENS BUENO, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação Estadual a FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPO MOURÃO - FUNDESCAM. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 52/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que dá denominação à PR-457, no trecho entre Nova Esperança a São Carlos do Ivaí. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 76/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO E OUTROS, que altera dispositivos nos artigos n.ºs 44, 59 e 75, incisos I, XVII e XXXIV, da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73, conforme específica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 126/83, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA PAZ, AMOR E LUZ", com sede e foro no Município de Cascavel. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º

142/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "OBRA DE SÃO JOSÉ", com sede e foro no Município de Alto Piquiri. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 193/83, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO E OUTROS, que declara de utilidade pública a "CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASSAÍ", com sede e foro na cidade de Assaí. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 197/83, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE CIANORTE - ACEC", com sede e foro no Município de Cianorte. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 198/83, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 205/83, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE MANOEL RIBAS - APMI", com sede no Município de Manoel Ribas e foro na Comarca de Ivaiporã. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 208/83, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO CELEPAR", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 210/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o "CENTRO COMUNITÁRIO DE PROMOÇÃO AO MENOR", com sede e foro na cidade de Santa Mariana. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 210/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade

pública o CENTRO COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO AO MENOR, com sede e foro na cidade de Santa Mariana.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/11/83.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública encontra-se em pleno funcionamento há quatro anos, estando devidamente inscrita no Regimento de Títulos e Documentos da Comarca.

Como demonstra o relatório de atividades referente ao exercício anterior, a entidade presta serviços de assistência social ao menor, cumprindo, dessa forma, as exigências legais para aquisição do título ora pretendido.

Em tais circunstâncias, apresentamos aos nobres pares o presente projeto de lei, contando com seu apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 210/83

O presente Projeto de Lei 210/83 de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro Comunitário de Proteção ao Menor com sede e foro na cidade de Santa Mariana.

Analisando-se a matéria, através da documentação a ela anexada, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos na Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, reguladora do instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/11/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 211/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ - ASSEP", com sede e foro no Município de Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 211/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ - ASSEP", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/11/83.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual, reguladora da matéria.

A ASSEP é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado com a finalidade de congregar os servidores da administração central da Secretaria de Estado da Educação, com o intuito de prestar a seus associados e dependentes, assistência social, cultural e recreativa.

Dessa forma, apresentamos o presente plano de lei, à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 211/83

Com o presente plano de lei, o nobre Deputado Roberto Requião, deseja seja declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores da Secretaria da Educação do Paraná - ASSEP, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Examinando o processado, verifiquei que a farta documentação que o instrui, atende perfeitamente a todas as exigências da Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente, a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29/11/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
IVAN GUBERT - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 213/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO JORGE", com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 213/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO JORGE, com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10/11/83.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação que pretendemos seja declarada de utilidade pública, está devidamente registrada sob o número 53, Livro "A-1", do Registro de Títulos e Documentos de Maringá, há mais de dez anos.

A principal finalidade da APMI é de dar proteção e assistência antes, durante e depois do parto; assistência alimentar à criança, à gestante e à lactente em estado de desnutrição, principalmente à família pobre com prole numerosa.

A documentação apresentada, através do relatório de atividades, vem demonstrar o cumprimento das exigências legais, para ser declarada de utilidade pública.

Diante do exposto, levamos aos nobres Pares, o presente plano de lei, contando com o devido apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 213/83

De autoria do ilustre Deputado Basílio Zanusso, o presente Projeto de Lei n.º 213/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO JORGE", com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer não pode deixar de ser favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/11/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 229/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que veda aos órgãos da Administração Centralizada e Autárquica, bem como Fundações do Estado, contratação de mão-de-obra de terceiros, para os serviços de carga e descarga, os quais deverão ser executados por trabalhadores sindicalizados, e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 229/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - É vedada aos órgãos da Administração centralizada e da Administração autárquica, bem como as fundações do Estado a contratação de mão-de-obra de terceiros, por intermédio de pessoas físicas, de locadora de serviços e de empresas de

transporte de carga, para os serviços de carga, descarga e respectivos transportes, os quais deverão ser executados por trabalhadores sindicalizados, através do respectivo Sindicato de Classe.

Art. 2.º - O representante da Fazenda do Estado junto às empresas públicas providenciará, no prazo de 90 (noventa) dias, a necessária alteração dos seus estatutos sociais, para o cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3.º - Não incidem na proibição constante desta lei as entidades que se situarem em localidades onde não existir sindicato representativo da categoria profissional.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23/11/83.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente projeto de lei, nos termos do ofício encaminhado pelos Presidentes de diversos Sindicatos de Trabalhadores, que abaixo transcrevemos:

"Os trabalhadores agrupados em Sindicatos, cujos presidentes subscrevem o presente, considerando a freqüente e abusiva interferência de locadoras de mão-de-obra (quer como empresa quer como simples empreiteiras ou "gatos") nos serviços de carga, descarga e respectivo transporte, reduzindo o trabalhador à condição de semi-escravo, prática essa conhecida por "MARCHANDAGEM" que o direito de todas as nações civilizadas repele, vêm a Vossa Excelência, com todo o respeito e acatamento devido, rogar o encaminhamento de mensagem, em caráter de urgência, à Assembléia Legislativa, propondo decretação de lei nos termos do projeto".

Certos de Vossa elevada apreciação e deliberação sobre o pedido, antecipamos os agradecimentos.

(aa) Presidente do Sindicato dos Arrumadores de Paranaguá; Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos rodoviários de Paranaguá, Presidente do Sindicato dos Consertadores de Carga e Descarga nos Portos de Paranaguá e Antonina, Presidente do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, Presidente do Sindicato dos Estivadores de Antonina, Presidente dos Carregadores e Ensacadores de Café de Paranaguá, Presidente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos de Paranaguá e Antonina, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Bloco de Paranaguá, Presidente do Sindicato dos Vigias Portuários de Paranaguá.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n.º 229/83

Com o presente projeto de sua autoria

o nobre Deputado Nestor Baptista, pretende que a contratação de mão-de-obra para os serviços de carga e descarga seja efetivada exclusivamente com trabalhadores sindicalizados, na forma como especifica.

Os termos da Justificativa fundamentam e convencem da oportunidade da medida ora proposta.

De outra parte, inexistem óbices de ordem constitucional ou regimental que possam dificultar o prosseguimento normal do processo pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 17.º aniversário de instalação do Município de Grandes Rios. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 94.º aniversário de fundação do Município de União da Vitória. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando regime de urgência para as Mensagens Governamentais n.º 1 e 2/84. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um posto rodoviário na Rodovia PR-218, compreendendo o trecho entre os Municípios de Astorga e Arapongas. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a isenção das despesas com os abastecimentos de água dos Sindicatos dos Trabalhadores do Município de Astorga. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da Copel, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a isenção dos pagamentos das despesas com energia elétrica dos Sindicatos dos Trabalhadores do Município de As-

torga. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura para a Delegacia de Polícia do Município de Astorga. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a reativação dos Postos de Saúde, nos Distritos de Içara, Santa Zélia e Tupinambá, no Município de Astorga. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de cinquenta casas populares para o Distrito de Içara e cinquenta casas para o Distrito de Tupinambá, no Município de Astorga. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de um posto de saúde, daquele Instituto, no Município de Astorga. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de cem casas populares para o Distrito de Santa Zélia, no Município de Astorga. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação das extensões dos cursos de Direito, Zootecnia, Ciências Contábeis, Economia e Processamento de Dados, na Universidade Estadual do Município de Maringá. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, para que o mesmo determine ao DER, no sentido de assumir o ônus quanto à conservação da estrada DC 103, pertencente ao Município de Agudos do Sul. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados José Antônio Fonseca e Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a instalação de nova microrregião Político-Administrativa no extremo Oeste do Estado, abrangendo os Municípios de Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Vera Cruz D'Oeste, Missal, São Miguel do Iguçu, Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguçu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a doação de um veículo tipo ambulância para o Centro Social Urbano do Município de Icaraíma. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, bem como à Seção Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, encarecendo que interponham ação judicial contra o governo federal, referente à retenção de dois terços do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. **Em discussão.**

O SR. ODENI MONGRUEL (**Pela ordem**) Para discursar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Folha de Londrina", pelas classificações obtidas no 1.º Prêmio Paraná de Jornalismo. **Em discussão..**

O SR. ODENI MONGRUEL (**Pela Ordem**) Para discursar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária de Educação, encarecendo a realização de reformas gerais, bem como a instalação de novas melhorias para o Colégio Estadual Dom Bosco, localizado no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria de Educação, en-

encarecendo a construção de novas salas de aula para o Colégio Helena Kolody, no Município de Terra Boa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a restauração e conservação da estrada velha ligando o Município de Campo Mourão ao Distrito de Palmital, pertencente ao Município de Boa Esperança. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da Funcepar, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo sejam destinados materiais para a Escola Cenecista Felipe Camarão, localizada no Distrito de Lirial de São Luiz, no Município de Araruna. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de uma verba especial para a construção de um mini-ginásio esportivo, no Município de Roncador. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretária da Educação e Secretário da Administração, encarecendo a construção do prédio em alvenaria da Escola Estadual João Plath-Ensino de 1.º grau, localizada em Mauá, no Município de Marilândia do Sul. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo melhorias e instalação de telefone nas Delegacias de Polícia dos Municípios de Fênix e Quinta do Sol. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo melhorias na sinalização da Rodovia-369, entre os Municípios de Campo Mourão, Ubiratã e Cascavel. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 60.º aniversário de fundação do Clube Atlético Paranaense. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de apoio à chapa "Diretas", que concorre à reeleição frente à COOPERNOSSA- Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Municipais de Londrina Ltda. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da reportagem intitulada "Miséria Transforma Homens em Ratos - O lixo nosso de cada dia", publicada no diário da Capital, "Jornal do Estado". **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do PDT, PMDB, PTB e PT, sugerindo a realização de um programa em cadeia nacional de rádio e televisão, evidenciando a real necessidade do restabelecimento imediato das eleições para a Presidência da República. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente.

Embora extemporâneo, queria que deixasse registrado nos Anais desta sessão, que o meu voto, na oportunidade que Vossa Excelência consultou o Plenário sobre o apoio ao projeto de lei apresentado pelo Deputado desta Bancada, Fuad Nacli, o meu voto foi pelo apoio à proposição. Parece-me que faltou número necessário de votos para apoio regimental, mas o meu voto, e quero crer, Senhor Presidente, que outros tenham votado da mesma forma, mas apenas requeiro a Vossa Excelência que consignasse em Ata que o meu voto foi de apoio à proposição. Claro que eu me resguardava, posteriormente, para meu voto da matéria, em plenário. Mas, nesta oportunidade, dei apoio ao Projeto do Deputado Fuad Nacli.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei n.ºs 193, 197, 198, 205 e 208/83.

2.ª DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei n.ºs 210, 211, 213 e 229/83.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO SÉRGIO SPADA, EM SESSÃO DO DIA 26 DE MARÇO DE 1984.

"MISÉRIA TRANSFORMA HOMENS EM RATOS"

"Jornal do Estado"
(Roseli de Souza Valério e
Roberto Corradini, da
Equipe JE)

O que para maioria dos curitibanos é lixo sem qualquer utilidade, para muitas pessoas significa sobrevivência, mesmo em condições subumanas, mas sempre uma forma de continuar existindo. Isso é realidade dentro de Curitiba pela existência dos depósitos de lixo da cidade como o da Lamenha Pequena, próximo a Santa Felicidade, onde várias pessoas se dedicam ao trabalho de catar e separar lixo, dentro do próprio depósito. O cheiro é horrível, pois todo tipo de detrito é enviado para lá, mas os catadores já se acostumaram e não se incomodam mais com a forma pela qual estão vivendo diariamente, muitos com a família inteira se dedicando a esta atividade.

Crianças, homens, mulheres e velhos repetem centenas de vezes por dia o gesto de se abaixar e separar com as mãos nuas o lixo, mexendo dentro dele como se fosse qualquer outro produto. Quando chega mais um caminhão da Terpa-Lipater, empresa responsável pela coleta do lixo da cidade, o movimento de mãos fica mais intenso, pois todos correm para o local em que o veículo irá despejar sua carga imunda e ficam a disputar entre si os maiores montes para imediata separação. Estas pessoas vivem do lixo humano e parecem não se importar com a procedência daquilo que já lhes é familiar.

"REVOLTA"

Ontem, a reportagem do Jornal do Estado foi até o depósito da Lamenha Pequena para verificar a qualidade do lixo curitibano, numa outra forma de mostrar os hábitos de consumo da população. Naturalmente, com a crise, tudo está mudando e os resultados aparecem no lixo urbano. Garrafas de plástico (não mais de bebidas) latas de azeite e cera, embalagens de detergentes e shampoos, além de muito papel e restos de alimentação, fazem o "lixão" da Lamenha Pequena mostrar que definitivamente a população deixou os supérfluos de lado e está consumindo apenas o essencial.

No momento em que a reportagem tentava entrar no depósito, impedida por não dispor de licença da Prefeitura Municipal, num local que deveria ser de acesso a quem

estivesse interessado, os catadores de lixo perceberam a presença e de imediato reagiram de forma hostil. Embora distantes do centro do "lixão", os repórteres foram ameaçados, xingados e inclusive receberam pedras e outros objetos jogados pelos catadores, numa forma clara de revolta contra quem presenciava as suas atividades. Certamente estas pessoas não podem se considerar iguais as demais, elas mesmas se colocam como marginalizadas, esquecidas pelo resto da sociedade.

Em seus gestos hostis, ficou patente a revolta contra todas as outras pessoas, que bem alimentadas e vestidas permitem que seres humanos, tenham que sobreviver a custo de detritos e conviver com uma realidade dura, sob pena de perderem o único "trabalho" que lhes apreceu. Nos rostos, a imagem de quem não acredita mais na vida ou nas pessoas, tal o estado de miséria, absoluta em que vivem. Abandonados pela sociedade os catadores de lixo da Lamenha Pequena sentem que a eles não resta mais nada, pois o último estágio de vida subumana já foi atingido. No meio da sujeira, moscas e parasitas do lixo, gente de toda a idade se mistura e briga por um saco de detrito vindo não se sabe da onde, mas que representa a única forma de sobrevivência oferecido a estas pessoas. O quadro é deprimente e ignorado pela maioria da população, mas existe há muito tempo e vai continuar existindo enquanto a sociedade não tomar consciência da situação e transformá-la.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Tadeu Lúcio Machado, Homero Oguido, Hermas Brandão, Artagão Mattos Leão, Edmar Luiz Costa, Sérgio Spada, Tadeu França e Ezequias Losso. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei 86/83, do Deputado Paulo Furiatti. Estabelece código de uso do solo agrícola para o Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado Caito Quintana. Parecer Favorável. Aprovado com emendas. Cinco Deputados aprovaram o parecer com as emendas e quatro Deputados aprovaram apenas o parecer. 2) Projeto de

Lei 230/83, do Deputado Paulo Furiatti. Dispõe sobre dispensa das atividades de seu cargo de funcionário público o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. 3) Projeto de Resolução 130/83 do Deputado Antônio Annibelli. Denomina "Deputado Luiz Gabriel Sampaio", o Pequeno Auditório (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Paraná. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. 4) Projeto de Lei 214/83, do Deputado Fiori Luiz. Veda às Empresas Públicas prestadoras de serviços essenciais, tais como luz, água, esgotos, a cobrança de multas pelo atraso do pagamento das respectivas faturas, e dá outras providências. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer contrário. Rejeitado. 5) Proposição n.º 143/83, do Poder Executivo- Mensagem n.º 157/83. Encaminha cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira, celebrados em 06.05.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e municípios, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. 6) Proposição n.º 127/83, do poder Executivo- Mensagem n.º 127/83. Encaminha cópia autêntica de termo de cooperação técnica e financeira, celebrado em data de 10.08.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, objetivando execução do PRODOPAR. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. 7) Projeto de Lei Complementar n.º 260/83, do Poder Executivo- Mensagem n.º 177/83. Encaminha anteprojeto de lei Complementar objetivando alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 14, de 26.05.82, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado conforme especifica. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado. 8) Projeto de Lei 261/83, do Poder Executivo - Mensagem 179/83. Encaminha anteprojeto de lei autorizando o Poder Executivo a doar ao Município de Londrina, imóvel constituído de duas áreas contíguas de terra, contendo prédio em alvenaria de tijolos onde funciona o antigo Fórum, conforme especifica. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
10.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 33.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada Amélia Hruschka. Constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Gilberto Carvalho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 244/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem que dispõe sobre a obrigatoriedade dos depósitos de interesse da Administração Estadual, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 248/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 168/83, que visa transformar 490 cargos em Comissão da Secretaria da Educação, 332 cargos de igual natureza e 150 funções gratificadas, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 254/83, do Poder Executivo. Mensagem n.º 171/83, que visa majorar em 65% os vencimentos do funcionalismo público Civil e Militar, a partir de 1.º de janeiro de 1984, e PROJETO DE LEI N.º 255/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 172/83, que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação de Assistência Social e Educacional, parte do imóvel que especifica, e pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado, os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 147/83, do Poder Executivo. Mensagem n.º 78/83, que extingue a Secretaria de Recursos Humanos, transferindo suas atribuições para a Secretaria da Administração, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 222/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 140/83, que dispõe sobre Servidor da Administração Direta e Indireta colocados à disposição de órgãos dos demais Poderes do Estado, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 231/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 150/83, que visa alterar dispositivos da Lei n.º 5.940- Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Estado, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 245/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 163/83, que visa alterar dispositivos da Lei n.º 7.257- Taxa de Segurança, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 246/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 162/83, que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 6.774, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 249/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 169/83, que altera dispositivos da Lei Orgânica do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias- ICM PRO-

PROJETO DE LEI N.º 250/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 165/83, que visa fixar módulo unitário do Valor Referência de Custo, de que trata o art. 16, da Lei n.º 7.567, como específica. PROJETO DE LEI N.º 256/83, do Poder Executivo. Mensagem n.º 173/83, que visa alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 1, que institui o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais. PROJETO DE LEI N.º 257/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 174/83, que transforma em autarquia, vinculada à Secretaria de Segurança Pública, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN como específica. PROJETO DE LEI N.º 258/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 175/83, que acrescenta parágrafos ao artigo 160, da Lei n.º 1943, Código da Polícia Militar do Estado, como específica. PROJETO DE LEI N.º 260/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º

177/83, que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 14 - Estatuto da Polícia Civil do Estado, como específica, e Projeto de Lei n.º 261/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 179/83, que doa ao Município de Londrina imóvel constituído de áreas que especifica, onde funciona o antigo Fórum, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
Relator.